



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Gabriel Porto Póvoas

**Um Passado, um Só Povo: A Disputa da Memória, Identidade e
Alteridade na Coreia do Sul Contemporânea**

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Dra. Victória M. S. Santos

Rio de Janeiro
Dezembro de 2025

“Há muita coisa bonita no mundo. Ser irmão é uma delas” (Lispector, 1945). À minha irmã Ana Beatriz, que aqui merece seu lugar especial assim como o tem no meu coração. Meu porto seguro, minha força, minha alma gêmea. Obrigado por ter estado comigo desde o início da minha existência.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a todos os professores que me despertaram interesse e me ensinaram o valor do conhecimento. Em especial à minha orientadora, Victoria, pela escuta generosa e por acreditar no meu trabalho mesmo quando eu duvidava dele; e também ao professor Fernando, que me acompanhou ao longo desta trajetória lá no início.

À PUC-Rio, por abrir suas portas, estimular minha formação e me proporcionar o encontro com pessoas que foram essenciais nesta caminhada: desde excelentes professores como Isabel, Maria Elena, Luisa, Capucci, Carolina, Luciana, Diego e tantos outros, até acadêmicos e companheiros de jornada como Renan, Beatriz Fernandes, Débora, Rubens, Letícia, Franciane, Rafaela, Mariana, Isabela, Beatriz Nardy, Sofia, Vitor, Laura, Pedro, Lucas, Raíssa, Érico, Cléo, Ana Luiza, Cauã, Lorena, Mel, Maria Elisa, Breno. Dessas pessoas sempre pude contar com apoio, e a isso sou eternamente grato.

Aos meus supervisores do Programa de Educação Tutorial (PET/TEPP) do Instituto de Relações Internacionais: Pedro, Dani e Fernanda. Meu sincero agradecimento. Vocês são referência, inspiração e parte fundamental do rigor que busco na minha escrita. Obrigado por toda a dedicação a esse trabalho tão bonito e por transformarem a vida de tantas pessoas, inclusive a minha.

Aos meus amigos, que foram minha força ao longo de todo este processo. Agradecimentos especiais à Dandara, Camila, Flora, Sofia, Luiza, Clara, Felipe,

Gustavo e tantos outros. Certa vez li que a amizade é matéria de salvação, e eu não poderia concordar mais. Obrigado por estarem sempre presentes, dispostos a ouvir com paciência minhas improváveis ideias e minhas intensas paixões.

À minha família, que me ensinou o valor do trabalho duro, de resistir às adversidades e que fez de mim um sobrevivente. Obrigado, pois se hoje sou um guerreiro, é por causa de vocês.

Agradeço a Deus, ao meu anjo da guarda e a todos aqueles que me amparam espiritualmente. Em muitos momentos, foi essa presença silenciosa que me sustentou, renovou e me lembrou que eu nunca estive sozinho, mesmo nos dias mais difíceis.

Finalmente, a mim mesmo. Só eu conheço meu próprio coração e sei das noites em claro, dos dias de aflição e das vezes em que fui o primeiro a despertar, quando o sol ainda nem ameaçava aparecer no céu, com força e resiliência para percorrer essa difícil jornada. Conheço meu coração e sei das vezes em que senti que tudo iria desmoronar ao meu redor. Apesar de tudo, mantive-me de pé, e hoje sei que valeu à pena.

Resumo

Póvoas, Gabriel P. **Um Passado, um Só Povo: A Disputa da Memória, Identidade e Alteridade na Coreia do Sul Contemporânea.** Rio de Janeiro, 2025. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho analisa como a Coreia do Sul constrói e mobiliza sua memória nacional para produzir uma narrativa de identidade. A partir de uma revisão crítica sobre memória, identidade e alteridade, o estudo demonstra como processos históricos – como a colonização japonesa, a Guerra da Coreia, a divisão da península e as transformações econômicas do pós-guerra – moldaram discursos oficiais e sociais sobre quem é o “nós” coreano e quem constitui o “outro”. O trabalho argumenta que a modernidade sul-coreana depende de uma articulação contínua entre esquecimento estratégico, seletividade memorial e produção simbólica, permitindo ao Estado e às instituições culturais promoverem uma identidade nacional coesa, ainda que construída sobre tensões não resolvidas. Ao examinar políticas de memória, narrativas estatais e disputas contemporâneas sobre pertencimento, o trabalho revela como a identidade coreana se sustenta em uma dinâmica permanente de afirmação e diferenciação, iluminando as relações entre passado, nação e projetos de futuro.

Palavras-chave

Narrativa hegemônica; Identidade Coreana; Alteridade

Abstract

Póvoas, Gabriel P. **One Past, One People: The Dispute Over Memory, Identity, and Otherness in Contemporary South Korea.** Rio de Janeiro, 2025. Undergraduate thesis – Institute of International Relations, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This thesis examines how South Korea constructs and mobilizes national memory to produce a narrative of identity. Through a critical analysis of memory, identity, and otherness, the study shows how historical processes – including Japanese colonization, the Korean War, the peninsula's division, and post-war economic transformation – shaped official and societal discourses about who constitutes the Korean “self” and the “other.” The research argues that South Korean modernity relies on the interplay of strategic forgetting, selective remembrance, and symbolic production, enabling both the state and cultural institutions to promote a unified national identity built upon unresolved tensions. By analyzing memory policies, state narratives, and contemporary disputes over belonging, the thesis demonstrates how Korean identity is sustained through ongoing dynamics of affirmation and differentiation, shedding light on the connections between the past, the nation, and future-oriented projects.

Keywords

Hegemonic Narrative; Korean Identity; Otherness

Sumário

1. Introdução

2. Identidade, memória e análise narrativa: abordagem teórico-metodológica

3. Colonização Japonesa, Guerra da Coreia e Relações Contemporâneas: um olhar histórico sobre os elementos narrativos na Coreia

3.1. Colonização

3.2. Guerra da Coreia

3.3. Relações Contemporâneas Coreia do Sul-Japão

4. Continuidades e discontinuidades da narrativa hegemônica: discursos de líderes políticos sul-coreanos e a Narrativa Hegemônica Coreana em Disputa

4.1. Lee Myung-Bak (2008-2013)

4.2. Moon Jae-In (2017-2022)

4.3. Yoon Suk-Yeol (2022-2025)

4.4. Lee Jae-Myung (2025-)

5. Conclusão

*“We cannot help but be interested in the stories of people that history
pushes aside so thoughtlessly.”*

– Min Jin Lee, *Pachinko*.

1. Introdução

A Coreia do Sul, uma potência econômica e cultural global no século XXI, carrega em sua identidade nacional as cicatrizes profundas de dois eventos históricos cruciais: a colonização brutal pelo Império Japonês (1910-1945) e a traumática Guerra da Coreia (1950-1953), que culminou na divisão da península. Este trabalho se propõe a examinar como a memória desses eventos não é meramente um registro passivo do passado, mas sim uma força motriz que condiciona ativamente a (re)construção identitária coreana, moldando suas políticas externas e o discurso doméstico em relação às suas principais alteridades: o Japão e a Coreia do Norte.

O argumento central desta monografia reside na tese de que a experiência da colonização e da guerra estabeleceram os pilares da identidade coreana moderna. Contudo, essa identidade se manifesta hoje em uma profunda crise, marcada por uma contradição: enquanto a soberania do Estado se restringe ao território sulista, a noção de identidade nacional abrange toda a Península Coreana, incluindo o Norte. Essa contradição impulsiona uma política de memória e identidade altamente contestada, criando um ambiente volátil e polarizado no cenário sociopolítico do país. As mobilizações discursivas decorrentes desta crise não apenas redefinem o “*eu*” coreano, mas também determinam a natureza da sua relação com o “*outro*”, um processo que tem se intensificado e radicalizado na conjuntura política recente.

Para compreender a dinâmica dessa (re)construção de alteridades, o estudo apoia-se criticamente nas contribuições de perspectivas como a de Bahar Rumelili (2004), ao que argumenta com relação à relação entre o “*eu*” e o “*outro*” não se resumir à simples inimizade, haja vista que relações *self/other* podem variar em termos de natureza da diferença, distância social e a resposta do outro, o que permite que a alteridade seja mutável, assumindo complexidades que são difíceis de serem decodificadas e que podem mudar de acordo com os dispositivos discursivos (Rumelini, 2004, p. 28), como é o caso coreano.

Nesse sentido, compreender as políticas identitárias sul-coreanas exige reconhecer que a construção do “*outro*” não opera de forma estática, tampouco segue uma lógica binária de amizade *versus* inimizade. Processos de diferenciação podem adotar distintas naturezas, intensidades e distâncias sociais, de modo que o “*outro*” não precisa ser percebido exclusivamente como ameaça, mas pode ser mobilizado discursivamente de maneiras ambíguas, contingentes ou mesmo produtivas para a construção de identidades coletivas. Essa

perspectiva é particularmente frutífera para analisar a Coreia do Sul, onde os significados atribuídos ao Japão e à Coreia do Norte variam historicamente, oscilando entre antagonismo, competição simbólica, cooperação pragmática e até momentos de aproximação estratégica. Tais variações evidenciam que a alteridade, longe de ser fixa, torna-se um recurso político que as elites e a sociedade mobilizam para responder a tensões internas e externas, redefinindo seus sentidos conforme a conjuntura.

Essa lente permite observar como determinados discursos políticos reconfiguram constantemente o papel do Japão e do Norte na formação do *self* sul-coreano. A colonialidade japonesa pode emergir como uma ferida aberta que demanda justiça histórica; mas também pode ser narrada como um passado necessário para legitimar políticas contemporâneas ou para alinhar a Coreia do Sul a determinados blocos geopolíticos. Da mesma forma, a Coreia do Norte pode ser simultaneamente concebida como ameaça existencial, parte do mesmo “povo” dividido, parceiro potencial de reunificação ou espelho negativo que reforça a narrativa democrática e desenvolvimentista do Sul. Essa diversidade de mobilizações identitárias confirma que as práticas discursivas são capazes de transformar não apenas percepções, mas também a própria cultura política, moldando expectativas sociais, prioridades estatais e sentidos de pertencimento.

Diante desse cenário, este trabalho estrutura-se em três grandes movimentos analíticos. O primeiro capítulo apresenta a revisão da principal literatura consultada durante a pesquisa, aprofundando o debate e destacando contribuições fundamentais para compreender a articulação entre memória e construção identitária.

O segundo capítulo reconstrói o contexto histórico coreano que fundamenta a disputa identitária contemporânea. Analisa-se a colonização japonesa, as políticas de assimilação e apagamento cultural, os impactos estruturais da ocupação, bem como o processo de divisão e militarização da península durante a Guerra da Coreia. Essa reconstituição histórica é fundamental para evidenciar como a temporalidade do trauma – e sua constante reatualização – opera como elemento organizador das políticas de memória sul-coreanas, e quais são os principais elementos narrativos que decorrem destes eventos históricos.

Por fim, o terceiro capítulo mobiliza ferramentas de análise de discurso para examinar pronunciamentos oficiais e discursos de lideranças políticas, buscando compreender como a Coreia do Sul constrói o Japão e a Coreia do Norte como alteridades múltiplas, mutáveis e politicamente instrumentalizadas. Essa análise revela a coexistência de narrativas concorrentes, que ora reforçam antagonismos históricos, ora flexibilizam diferenças para atender a objetivos econômicos, diplomáticos ou ideológicos internos.

É ao articular memória histórica, alteridade e análise discursiva que esta pesquisa argumenta que a identidade sul-coreana contemporânea se encontra em constante disputa, tensionada por contradições espaciais, políticas e simbólicas que derivam tanto de seu passado traumático quanto das demandas estratégicas de seu presente. Ao investigar como Japão e Coreia do Norte são discursivamente mobilizados nesse processo, pretende-se contribuir para uma compreensão mais ampla das dinâmicas identitárias na Coreia e dos mecanismos que tornam a memória um instrumento político de profundo impacto nas relações internacionais.

2. Identidade, memória e análise narrativa: abordagem teórico-metodológica

Na etapa introdutória da pesquisa, dedico espaço à elaboração de uma revisão de literatura, além da apresentação dos principais conceitos aqui utilizados e a exposição do marco teórico. Este capítulo tem como objetivo principal contextualizar o leitor quanto às lentes teóricas aqui utilizadas, que partem do construtivismo ontológico, que considero ideal para tratar de temas comumente não trabalhados pela literatura *mainstream* das Relações Internacionais enquanto disciplina. Com o intuito de examinar o conceito de memória como potência capaz de (re)construir as identidades de comunidades nacionais e moldar práticas políticas através da relação com o outro, vejamos algumas das literaturas selecionadas para esta pesquisa.

Jelena Subotic (2013) apresenta a ideia de análise narrativa, uma ferramenta metodológica que consiste na noção de que pessoas entendem e dão sentido ao próprio passado através de histórias (Subotic, p. 306, 2013). Ancorado em hermenêutica interpretativa e fenomenologia que envolve a coleta de narrativas – escritas, orais visuais – focadas nos significados que as pessoas atrelam a suas experiências, a análise narrativa tenta encontrar formas de descobrir como a história é construída, para quem, e por quê. Para dar continuidade a sua tese sobre a construção de uma narrativa dominante na Bósnia, Subotic divide a narrativa em duas categorias: **1.** narrativas hegemônicas; e **2.** narrativas alternativas. Ela explica que narrativas hegemônicas são narrativas fortes e poderosas, que encontram pouca contraposição societária – que, quando ocorre, são marginalizadas como narrativas alternativas (Subotic, p. 307, 2013).

Embora tratem do contexto do leste europeu pós-dissolução da Iugoslávia, as contribuições de Subotic nos auxiliam a examinar o caso sul-coreano pois oferecem um

framework com relação à importância das narrativas para elementos basilares das relações internacionais, como é o caso da política externa. Considerando a narrativa como capaz de (rec)construir o passado e impactar em decisões futuras – decisões que visam reproduzir o que foi bom e reparar o que foi ruim –, pode-se pensar também em como os estados – no nosso caso, a Coreia do Sul – produzem “*culturas de segurança nacional*”, que são parcialmente construídas pela criação de mitos sobre inimigos históricos e passados partilhados, e como estes elementos estão imbuídos na cultura. Neste sentido, o texto de Jelena Subotic nos deixa algumas questões: **1.** Qual é a narrativa hegemônica na Coreia?; **2.** O que, no discurso de líderes políticos sul-coreanos, se vislumbra da narrativa hegemônica? **3.** Quais são os mecanismos discursivos acionados a partir destas narrativas?

A partir desse debate, torna-se necessário introduzir uma dimensão adicional do construtivismo utilizada nesta pesquisa: o construtivismo estratégico, que permite observar como atores políticos ativam – e igualmente desativam – elementos narrativos conforme agendas e necessidades conjunturais. Subotic (2016) afirma que atores usam a narrativa para dar sentido ao mundo, mas também para avançar estrategicamente suas agendas políticas (Subotic, 2016, p. 613), evidenciando que narrativas não são estruturas neutras, mas instrumentos por meio dos quais se disputa poder, autoridade e legitimidade. Isso significa que até mesmo narrativas hegemônicas possuem contradições internas que podem ser manejadas estrategicamente. A própria autora enfatiza que narrativas são inerentemente políticas, contestadas e submetidas a uso estratégico (Subotic, 2016, p. 614), permitindo que diferentes camadas do passado sejam ativadas ou silenciadas em função do contexto e dos objetivos dos tomadores de decisão.

Essa leitura se articula diretamente com a noção de que narrativas podem ganhar saliência ou perder relevância de acordo com o momento político, processo que Subotić descreve ao afirmar que o que é lembrado ou esquecido é comumente resultado de escolhas estratégicas moldadas por incentivos políticos (Subotic, 2016, p. 615). Em outras palavras, líderes recorrem à memória como ferramenta: ativam determinadas interpretações históricas para reforçar coesão interna ou demarcar alteridades, ao mesmo tempo em que desativam elementos disfuncionais para objetivos diplomáticos, eleitorais ou estratégicos. Assim, o construtivismo estratégico fornece o arcabouço necessário para compreender como a narrativa hegemônica pode ser mobilizada de maneira seletiva, contestada e instrumentalizada – mesmo quando apresenta tensões internas.

A interligação entre a segurança nacional e elementos identitários pode ser melhor evidenciada no que Chris Deacon (2023) classifica como crise ontológica perpétua. Deacon

parte da segurança ontológica para mobilizar o conceito de crise ontológica, o definindo como um conjunto de rupturas imprevisíveis, transitórias e solucionáveis de práticas rotineiras (p. 1401). O autor expande este conceito a partir do que classifica como crises ontológicas perpétuas, que, mais do que choques exógenos ao “eu”, partem de contradições inerentes às fundações basilares deste sujeito. Neste sentido, mais que uma crise temporária e perene, faz parte da construção identitária dele. Deacon argumenta que a Coreia do Sul sofre de uma crise ontológica perpétua à medida que existe uma contradição entre os limites do território nacional e o espaço imaginário nacional – duas Coreias, uma identidade coreana – desde o momento de sua criação, em 15 de agosto de 1948. Ele parte, portanto, da ideia de que existe um nexo entre as ansiedades com relação à divisão da Coreia e o antagonismo sul-coreano com o Japão ao comparar a incongruência entre os limites territoriais de um estado e seu imaginário espacial nacional à “dor fantasma” (Billé, 2014) sentida por pacientes que possuem membros amputados.

Tendo em vista esse quadro geral, faz-se necessário examinar outro texto escrito por Deacon, intitulado “*Mnemonic Encounters: The Construction and Persistence of International “History Wars” and the Case of Japan–South Korea Relations*” (2024), em que o autor alinha a ideia de *history wars* – conflitos que concernem ao passado e que possuem impactos na segurança, comércio e diplomacia. (Deacon, p. 2, 2024) A partir deste conceito, Deacon defende que as relações desenvolvidas historicamente pela Coreia do Sul e Japão consistem num encontro mnemônico, outro conceito desenvolvido por ele ao longo do texto para se referir ao encontro entre duas comunidades nacionais cujas identidades são (re)construídas com relação uma à outra através da prática de lembrar e esquecer de um passado partilhado. Partindo disso, vê-se que as chamadas *history wars* são desenvolvidas quando este encontro mnemônico envolve conflito ou representações negativas um do outro, e desde que essas representações componham elementos identitários relevantes um do outro, e isso ocorre porque a rearticulação dessas representações de cada lado compõem não apenas parte da identidade de cada um, mas representam uma ameaça à “autobiografia” do outro. Essas ameaças provocam mecanismos de defesa, como colocado também por Subotic, antagonizando ambos os lados com relação ao passado e impedindo a reconciliação. As *history wars*, portanto, se desenvolvem não apenas por conta de um passado complicado, mas quando esse passado serve a essas necessidades vitais identitárias, potencializadas pela memória partilhada entre dois sujeitos.

A importância de tratar a memória como objeto de estudo nesta pesquisa é tamanha, que busco retornar à literatura de Jan Assman e John Czaplicka (1995). Segundo os autores, a

concepção da memória como categoria analítica para a formação de uma identidade está, em um momento inicial, no reconhecimento de suas origens. Eles mencionam as contribuições teóricas de Maurice Halbwachs e Aby Warburg (1998) como ponto de partida para uma interpretação da memória não mais como aspecto biológico — e portanto, hereditário —, mas como um elemento-fruto de subjetividades individuais que, a partir de uma convergência de experiências, são coletivizadas. Essa percepção da memória não mais como parte de uma continuidade genética, e sim parte de um processo mais amplo de costumes e socialização, abre caminho para a teorização de duas vertentes: a 1. “Memória Comunicativa” e 2. “Memória Cultural”.

A “memória comunicativa”, como descrita pelos autores, refere-se a uma forma de memória coletiva baseada nas interações cotidianas e na comunicação oral. Ela surge em conversas informais, como relatos de experiências pessoais, piadas, fofocas e memórias compartilhadas em ambientes sociais, onde os papéis dos interlocutores se alternam de maneira fluida. Essa forma de memória não possui uma especialização ou formalidade, caracterizando-se pela instabilidade temática e pela reciprocidade de papéis entre os participantes. Cada memória individual é mediada socialmente, sendo formada em interação com outros membros de grupos específicos, como famílias, vizinhanças ou grupos profissionais. Ao contrário da memória cultural, que é sustentada por instituições e preservada através de textos, ritos e monumentos, a memória comunicativa é fluida e desorganizada, sem pontos fixos que a ancoram ao passado de maneira formal. É a partir de seu efêmero caráter que se manifesta na ausência de estruturas culturais que a preservem por longos períodos, o que a torna vulnerável à passagem do tempo e às mudanças geracionais.

A transição da memória comunicativa para a memória cultural, por sua vez, remete à objetivação da memória (Assman; Czaplicka, p. 128), em que há sua institucionalização através de ritos, textos, documentos, construções, cidades e paisagens. Pode-se dizer que esta cristalização se dá em termos de preservação da memória no que é concreto, material, e muitas vezes, a memória comunicativa pode vir a depender da cultural para a manutenção de sua existência. O maior exemplo que pode ser trazido para evidenciar isso está no uso da palavra “*ch'inilp'a*”, ou simplesmente Chinil, termo pejorativo designado a coreanos étnicos que colaboraram, financiaram ou/e apoiaram imperialistas japoneses no período colonial. Este é um termo canonizado por uma série de publicações de autoria de uma das figuras mais proeminentes da Coreia democratizada, Im Chong-Guk, poeta e crítico literário, além de militante e ativista (Kim, 2004, p. 99). Este é um exemplo ilustrativo e vivo não somente da literatura como força de orientação da memória, mas também da memória cultural servindo

como um disseminador de tendências imbuídas na sociedade – um termo que se faz presente na sociedade sul-coreana e que, portanto, faz parte do guarda-chuva da memória comunicativa, surgiu das práticas comuns à memória cultural. A memória cultural não é apenas vista como força motriz das práticas e hábitos cotidianos, como é o caso do termo em questão, mas também pode ser um instrumento de preservação e um “gatilho” para a memória do trauma.

Partindo das literaturas acima, depreende-se que o objetivo desta pesquisa é partir de uma abordagem construtivista e de segurança ontológica para examinar as relações entre Coreia do Sul e Japão, compreendendo que esta faz parte de um amplo e complexo processo de (re)construção de identidades e alteridade. Compreende-se que, tendo em vista a crise identitária – ou ontológica – experienciada pela Coreia do Sul em razão da contradição entre espaço territorial e identidade nacional, são produzidas narrativas hegemônicas sobre a experiência colonial, e por consequência, sobre o Japão.

3. Colonização Japonesa, Guerra da Coreia e Relações Contemporâneas: um olhar histórico sobre os elementos narrativos na Coreia

A história da Coreia no século XX constitui o eixo estruturante das disputas identitárias que atravessam a política sul-coreana contemporânea. Duas experiências traumáticas – a colonização japonesa (1910–1945) e a Guerra da Coreia (1950–1953) – não apenas transformaram radicalmente as instituições, a sociedade e o território, como também deixaram marcas persistentes que continuam orientando a produção de memória e a construção do *self* nacional. Esses eventos, ao serem continuamente revisitados, reinterpretados e politicamente instrumentalizados, moldam tanto a forma como a Coreia do Sul se enxerga quanto a forma como posiciona suas alteridades centrais: o Japão e a Coreia do Norte. Assim, compreender o cenário político-simbólico atual exige retomar esses episódios não como fatos distantes, mas como camadas de temporalidade que se atualizam discursivamente no presente. É à luz dessa temporalidade longa e conflitiva que se tornam inteligíveis as representações mutáveis do Japão e da Coreia do Norte, bem como a crise identitária que permeia as políticas, discursos e movimentos sociais da Coreia do Sul hoje.

Nota-se, além de tudo, que este capítulo objetiva apresentar alguns dos elementos narrativos que são ora ativados, ou desativados na manutenção da narrativa hegemônica coreana ao longo de sua história enquanto nação. Alguns desses elementos são por exemplo políticas de assimilação, exploração laboral e sexual e repressão social e política concernentes

ao período colonial, movimentos por independência, a influência dos Estados Unidos na partilha coreana, a ideia de uma só nação coreana, levantes e revoltas, etc. A maneira como os líderes políticos se utilizam destes elementos narrativos para construir suas próprias agendas e contemplar suas intenções varia enormemente e faz parte da complexidade da construção identitária coreana à luz de sua narrativa hegemônica, que apresenta continuidade ao passo que possui elementos que podem constantemente se contradizer, além de, novamente, ser ativados e desativados em função de uma agenda política específica. Neste sentido, salienta-se que é sobre a história que devemos nos debruçar para melhor compreender como surgem, por que e como mais adiante serão mobilizados tais elementos em termos narrativos.

3.1. Colonização

A experiência colonial é o evento canônico que condiciona a construção de um ecossistema de onde surgem elementos imprescindíveis para a formação da identidade nacional sul-coreana. O trauma do colonialismo não apenas cria condições para a formação de uma memória coletiva sobre o passado, mas representa a base sobre a qual a formação da memória, que condiciona a identidade de um povo, é orientada. É a partir da experiência colonial que se pode dar a condição da memória, e portanto, da identidade.

Em um momento prévio à análise, é importante explicitar como se deu a ocupação japonesa na Coreia e quais são os principais desdobramentos contemporâneos deste processo. A ocupação perdurou entre os anos de 1910 e 1945 e teve seu fim com a rendição japonesa e a derrota dos países do Eixo – composto pela Alemanha, Itália e também pelo Japão. Neste período, a Coreia permaneceu sob tutela do Império Japonês, responsável por reprimir consideravelmente expressões culturais coreanas - como a proibição do próprio idioma -, além de frequentemente imputar outras formas de violência colonial – trabalho forçado, exploração sexual, etc (Jeong, Hu Young; Vollhardt, Johanna Ray, 2021). –, colaborando para a construção histórica de uma identidade traumatizada pela memória da colonização.

Pode-se dizer que a anexação da Coreia tomou seus primeiros passos mesmo antes da oficialização. Pelos anos 1900, o presidente norte-americano Theodore Roosevelt estabeleceu que a Coreia não era capaz de se governar sozinha, e embora os Estados Unidos houvessem decidido não intervir diretamente, foi considerado que seria bom para todos se o Japão tomasse a península (Brudnoy, 1970). Foi no ano de 1904, seis anos antes da ocupação em si, que o Japão começou a estabelecer seus conselheiros policiais, judiciais e militares na Coreia, e no ano seguinte, em 1905, tomou controle sobre alguns serviços domésticos, como o de

telefonía, telégrafo e correios. Num processo análogo à invasão do Panamá pelos Estados Unidos e na presença do Reino Unido no Egito desde 1887, o Japão tomou a Coreia sob a justificativa de “eliminar um governo corrupto e autoritário, além de libertar seu povo de eras de opressão e miséria” (Longford, 1911, p. 350), – embora mascarasse ambições geopolíticas da administração norte-americana em termos de manter uma balança de poder no leste-asiático. Este processo foi oficializado com o Acordo Taft-Katsura de 30 de julho de 1905, o qual formalizou a tomada da Coreia pelo Japão e a aliança Anglo-Japonesa a partir de um encontro entre o Secretário de Guerra americano William Howard Taft e o Primeiro-Ministro japonês Katsura Taro, no Japão. Esse acordo selou o destino da Coreia ao passo que concedeu total controle das Filipinas aos Estados Unidos, que, em troca, reconheciam a tutela da península coreana pelo Japão após a Guerra Russo-Japonesa, de que o Japão saiu vitorioso.

Segundo Aaron H. Skabelund (1995), há três características principais que distinguem o processo colonial coreano dos demais: **1.** a Coreia até 1910 era um estado estabelecido e de soberania reconhecida internacionalmente, cuja monarquia havia reinado por centenas de anos antes de ser destruída pelos japoneses; **2.** o Japão e sua colônia situavam-se próximos em termos geográficos e culturais; e **3.** a anexação foi marcada pela intensidade e violência comuns a processos coloniais, mas também houve uma tentativa de total destruição cultural da Coreia através de assimilação forçada. O primeiro ponto é especialmente interessante ao demonstrar que o Japão iniciou seu processo colonial tarde se comparado a outras potências que já o haviam feito, não sendo capaz, portanto, de esculpir facilmente uma entidade política em meio a um vácuo de poder. Diferente das potências europeias nas Américas no século XVI e, mais tarde, durante a Partilha da África no século XVIII, o Japão encontrou na Coreia um estado ancestral de soberania historicamente reconhecida internacionalmente – liderado pela Dinastia Joseon — oficialmente Reino de Grande Joseon), a última grande dinastia da Coreia –, com um alto nível de homogeneidade étnica, racial, cultural e linguística, e cujas ambições de modernização foram completamente interrompidas pela anexação (Eckert, 1990, p. 256).

Por conta da presença de uma ampla gama de instituições e tradições que proporcionavam à administração coreana legitimidade política e burocrática, o Japão foi obrigado a seguir duas estratégias: ou exterminar seus opositores completamente, ou assimilar culturalmente os coreanos. O Japão resolveu optar por não apenas uma, mas por ambas abordagens, e isso promoveu profundas consequências para o povo coreano, cujas feridas até hoje não cicatrizaram por completo. Muito em decorrência deste complexo esquema político e burocrático pré-existente, pode-se observar, como já foi colocado, que a colonização japonesa na Coreia não se deu de imediato por uma invasão sangrenta, sendo fruto de uma série de

tratados de coerção. A proximidade geográfica entre os dois países — apenas cerca de cem milhas separando a ilha de Kyushu do território coreano — facilitou a ocupação e justificou, aos olhos do império japonês, a necessidade de controlar o país vizinho para evitar sua influência por potências estrangeiras (Bridges, 1993, p. 8). Diferentemente das potências coloniais europeias, o Japão, ainda em processo de desenvolvimento, impôs sobre a Coreia uma forma de colonialismo não ocidental, mas igualmente brutal, caracterizada pela exploração intensiva de recursos naturais, da força de trabalho e da produção agrícola, especialmente o arroz (Skabelund, 1995). Estima-se que cerca de 60% das terras aráveis passaram para mãos japonesas, enquanto milhões de coreanos foram deslocados para trabalhar em outras regiões do império, em condições de exploração e violência (Chank, 1977). Um exemplo são os coreanos enviados ao Japão, à Sacalina — ilha atualmente localizada no Extremo Oriente russo — e às Ilhas do Pacífico, compelidos a exercer trabalho forçado em condições extremamente precárias (Reynolds, 2020). Essa dominação econômica e territorial criou as bases para uma colonização que, além de material, seria também cultural e identitária, preparando o terreno para as políticas de assimilação forçada e repressão cultural que se seguiram.

O período em que o Japão dominou a Coreia foi brutal, e a exploração foi completa, pautando-se desde a esfera econômica até a social. Por volta do ano de 1910, logo no início da ocupação, qualquer forma de mobilização social ou liberdade de expressão foi abolida, e reuniões públicas compostas por grandes multidões ao ar livre, terminantemente proibidas — mesmo que não dispusessem de nenhum aspecto político —, exceto em casos de manifestação religiosa ou excursões escolares (Ku, 1985, p. 11). Em determinado momento, essa repressão atingiu a esfera educacional, como observado por Palmer (1977): o japonês tornou-se a língua oficial nas escolas e os currículos foram reformulados para difundir valores e ideais imperiais, apagando gradualmente a história, a língua e as tradições coreanas. Essa “ofensiva pacífica” apoiava-se na ideologia do xintoísmo estatal, usada para legitimar o domínio japonês e difundir uma moral nacionalista que subjugava o pensamento e a identidade coreanos. A repressão atingiu também a esfera simbólica da identidade pessoal: em 1939, o governo colonial impôs um decreto que obrigava os coreanos a adotar nomes de estilo japonês — conhecido como *sōshi-kaimei* (em coreano: *Changssi Gaemyeong*) — uma medida à qual mais de 84% da população foi forçada a se submeter e que apagou marcas centrais de sua herança cultural (Eckert, 1990). Sob o discurso de “assimilação benevolente”, o Japão impôs um regime que era, em essência, brutal e desumanizador, promovendo a erosão psicológica e

coletiva da identidade coreana e consolidando um legado de violência simbólica e política que perdura até hoje.

Além da assimilação cultural, é necessário pontuar uma das marcas mais perturbadoras da ocupação japonesa na Coreia: o sequestro de meninas e mulheres coreanas que foram forçadas a trabalhar como cortesãs em bordéis destinados a oficiais do exército japonês. Denominadas “mulheres de conforto” (em japonês “*ianfu*”), elas compunham um número de cerca de 50.000-200.000 mulheres (Ku, 2015) e eram destinadas a bordéis militares. Muitas delas eram vendidas pelas famílias ou levadas à força – algumas até mesmo eram enganadas por supostas propostas de trabalho –, para servirem como escravas sexuais aos japoneses. Esses são alguns dos elementos que ilustram experiências traumáticas ao longo da história da Coreia unificada, e que perduram nos dias atuais sob o formato da República da Coreia, ou Coreia do Sul. Diante desses exemplos, o que naturalmente se depreende é que a partir desses eventos traumáticos e do – tão recente – sofrimento vivenciado pelo povo coreano, observa-se a construção de uma identidade coletiva baseada no ressentimento e em um olhar sensível para o passado.

Pode-se até pensar que o ressentimento é parte fundamental do imaginário sul-coreano, e que à medida que o trauma é um fantasma comum a todos, há um entendimento mútuo sobre a maneira de olhar para o passado. Essa percepção, no entanto, ignora as complexidades que compõem o imaginário coreano, haja vista que mesmo antes de que se oficializasse a ocupação em 1910, já existiam grupos que se mobilizaram ativamente em favor do império japonês, como a Ilchinhoe (Advance in Unity Society), cujos líderes acreditavam que a cooperação com o Japão seria a via mais rápida para a modernização e o bem-estar popular. Como mostra Yumi Moon (2013), o grupo – formado majoritariamente por ex-integrantes do movimento religioso Tonghak – defendia reformas administrativas, a ampliação dos direitos civis e a substituição do poder monárquico por uma ordem social “civilizada”, ainda que isso implicasse a perda da soberania nacional. Essa lógica paradoxal expressa a tensão entre a defesa da liberdade individual e a cumplicidade com o colonizador, revelando que o processo colonial coreano não pode ser reduzido à dicotomia moral entre colaboração e resistência. Nesse mesmo sentido, John Whittier Treat (2012), ao analisar o caso de Yi Kwang-su, um dos principais escritores modernos da Coreia, argumenta que a colaboração não se explica apenas por oportunismo ou traição, mas como parte da condição estrutural da modernidade colonial, em que intelectuais viam na assimilação ao império uma via de sobrevivência e progresso. Ambos os autores demonstram que o nacionalismo coreano posterior se edificou sobre o silenciamento dessa complexa zona cinzenta – onde a agência, o

cálculo moral e a busca por modernidade coexistiam com a subordinação imperial. Assim, mais do que um consenso antijaponês, a história coreana revela um campo de disputas éticas e políticas, no qual as fronteiras entre resistência e colaboração eram constantemente negociadas pelas elites intelectuais, que, em sua maioria, possuíam interesses que se alinhavam às políticas de assimilação cultural – como a erradicação da língua coreana e o uso de nomes japoneses, por exemplo, que visavam civilizar a Coreia, uma região pobre e de economia majoritariamente pesqueira (Treat, 2012, p. 89).

Mesmo assim, há de se pontuar que a população coreana nunca foi passiva diante da ocupação; um exemplo é o Movimento Sam-Il, ou Movimento Primeiro de Março. Organizado após a morte inexplicada do Imperador Kojong em janeiro de 1919, tratou-se de uma mobilização popular, inflamada pelo luto e ressentimento com relação à ocupação, que resultaria numa demonstração no dia do funeral, previsto para 4 de março. No entanto, os japoneses souberam de antemão que havia algo acontecendo e o dia da manifestação foi alterado para o dia 1. Assim, no dia 1 de março de 1919, coreanos de toda a península proclamaram a Declaração da Independência, documento assinado por mais de trinta e três líderes de vários grupos religiosos e patrióticos. Foram expostas bandeiras coreanas clandestinamente confeccionadas enquanto os indivíduos bradavam: “*manse!*” (“viva!”) ou “*Taehan tongnip manse*” (“viva a independência coreana!”), inspirados pelo direito à autodeterminação dos Quatorze Pontos de Woodrow Wilson e pelos ventos revolucionários vindos da Rússia e da China (Brudnoy, 1970, p. 169). Os protestos foram brutalmente reprimidos pelo exército japonês, e embora tenha se iniciado pacífico, alcançou proporções estratosféricas – entre 20 e 30 mil coreanos foram presos, milhares executados ou mortos nas ruas, e dezenas de vilas inteiras foram destruídas, incluindo o episódio em Suwon, onde “os soldados japoneses reuniram todos os habitantes em uma igreja, incendiaram o prédio e mataram com tiros ou baionetas os que tentaram escapar” (Brudnoy, 1970, p. 171).

Além das mortes, milhares de coreanos foram feridos, muitos submetidos a torturas, mutilações e humilhações públicas, incluindo crucificações e espancamentos. O número de mortos pode ter chegado a 30 mil pessoas, número muito superior ao reconhecido oficialmente pelo governo imperial (Brudnoy, 1970, p. 171–172). A violência não se restringiu ao campo militar: mulheres foram violentadas e forçadas a desfilar nuas diante de oficiais, e o castigo físico — em especial o açoite — foi mantido até a década de 1920 sob a justificativa de que se tratava de uma punição “adequada à mentalidade coreana” (Brudnoy, 1970, p. 172). Ao tentar extinguir o nacionalismo emergente pela força, o império acabou,

paradoxalmente, fortalecendo-o, unificando setores sociais até então fragmentados e transformando o martírio coletivo em símbolo de identidade nacional.

O clima que se instaurou na Coreia após o massacre de 1919 foi o de ressentimento generalizado, mas também de reorganização política subterrânea. Embora os japoneses acreditassem ter restaurado a ordem, o país viu crescer movimentos clandestinos que mesclavam nacionalismo, cristianismo e socialismo revolucionário, cada um articulando à sua maneira uma resistência ao imperialismo. Cristãos coreanos, perseguidos tanto por motivos políticos quanto religiosos, foram um dos núcleos de mobilização mais expressivos — dos 33 signatários da Declaração de Independência, 16 eram cristãos, e muitos foram executados por participarem das manifestações. Em paralelo, a Revolução Russa de 1917 e o avanço das ideias marxistas entre operários e camponeses asiáticos inspiraram movimentos comunistas que viam na luta antijaponesa uma dimensão de revolução proletária internacional. Esses grupos, embora severamente reprimidos, atuaram como embriões de resistência armada e ideológica, criando redes que mais tarde influenciariam diretamente as formações políticas do pós-guerra. A repressão ao sam'il “não destruiu os sentimentos nacionalistas nem os movimentos proletários incipientes, mas, ao contrário, deu-lhes um novo impulso” (Brudnoy, 1970, p. 172). Assim, a década de 1920 marca a transição da resistência moral e religiosa para uma resistência ideológica e classista, que se consolidaria nas décadas seguintes e cujas consequências seriam sentidas na divisão da península e na Guerra da Coreia (1950–1953) — quando os projetos de libertação e de revolução, forjados ainda sob o domínio japonês, se converteriam em fraturas políticas e militares irreconciliáveis.

À luz desse panorama histórico, observa-se que os elementos apresentados — a violência sexual sistemática, as políticas de assimilação cultural como o *sōshi-kaimei* e a imposição do japonês, as zonas cinzentas da colaboração coreana e, ao mesmo tempo, a força simbólica de movimentos nacionalistas como o Sam-Il — constituem hoje um repertório narrativo denso, contraditório e politicamente mobilizável, que alimenta disputas contemporâneas sobre memória, identidade e legitimidade política. Ao retomarmos Subotic, observamos que narrativas são continuamente disputadas, reordenadas e estrategicamente manejadas (Subotic, 2016), o que implica reconhecer que cada um desses episódios coloniais pode ser ativado, relegado, ressignificado ou silenciado conforme as necessidades políticas do momento. Assim, líderes políticos podem enfatizar a brutalidade da exploração sexual para reforçar antagonismos identitários com o Japão, ou, alternativamente, destacar episódios de colaboração para criticar adversários domésticos; podem elevar o simbolismo do 1º de março como mito fundador da resistência ou minimizar certas memórias quando buscam

acomodação diplomática. Do mesmo modo, políticas de assimilação forçada podem ser narradas como trauma coletivo ou como parte de uma trajetória modernizadora interrompida – um jogo de interpretações que revela o caráter profundamente estratégico do uso do passado. Esse quadro demonstra que o legado colonial não constitui apenas um fato histórico, mas um reservatório narrativo continuamente reativado em contextos de crise ontológica, cuja seleção e saliência dependem de escolhas narrativas.

3.2. Guerra da Coreia

Allan Millett (2020) argumenta que o mais importante no estudo da Guerra da Coreia (1950–1953) é a compreensão sobre o sofrimento do povo coreano e o contexto político entreguerras de 1945-1950 no leste-asiático (Millett, 2020, p. 49). “Sofrimento” é um termo importante, ao passo que reflete o ressentimento do povo coreano cultivado desde a colonização e mais especificamente durante o Movimento Primeiro de Março, que como aponta o autor, pode ser mobilizado como o primeiro passo para a Guerra da Coreia. A ideia de que a Guerra da Coreia não se iniciou em 1950, sendo assim um processo contínuo de construção de tensões políticas, converge diretamente com o que foi analisado neste trabalho em termos do início da anexação japonesa: mais que um evento singular em 1910, foi fruto de uma série de políticas e aproximações prévias do império japonês na península.

Millett reflete em seu capítulo que o Movimento Primeiro de Março e suas consequências desastrosas para a população coreana – incluindo perdas de vidas que chegaram à casa dos milhares – criaram um ambiente propício para o surgimento de dois grupos revolucionários. A literatura que trabalha a Guerra da Coreia geralmente categoriza esses dois grupos em: os incitadores da rebelião de 1919, socialistas “bonzinhos”, e os “malvados”, que seriam todos os outros. Millett aponta que isso é um equívoco, tendo em vista que mesmo que boa parte dos revolucionários fosse de fato inspirada pelos ideais revolucionários da China e Rússia, não somente o Partido Socialista Coreano sequer existia, como os principais líderes do movimento eram mais próximos do Kuomintang e do Partido Nacionalista chinês do que dos comunistas – a exemplo de Kim Ku, presidente do Governo Provisório da República da Coreia, exilado na China.

Mesmo assim, podemos observar a Guerra da Coreia como o resultado direto das tensões políticas e ideológicas que se acumularam na península desde o fim da ocupação japonesa e do subsequente vácuo de poder deixado após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. A divisão da Coreia entre as zonas de ocupação soviética (ao norte) e norte-

americana (ao sul), fixada de forma provisória no paralelo 38, consolidou dois projetos políticos inconciliáveis: ao norte, o regime comunista liderado por Kim Il-sung, apoiado por Moscou e Pequim; ao sul, o governo nacionalista de Syngman Rhee, sustentado pelos Estados Unidos. Essa partilha, inicialmente administrativa, logo se transformou em uma fronteira ideológica e militar. As negociações para a unificação fracassaram – especialmente após o colapso do plano de tutela quadripartite entre EUA, URSS, China e Reino Unido – e, em 1948, foram fundadas duas repúblicas: a República Popular Democrática da Coreia (DPRK), no Norte, e a República da Coreia (ROK), no Sul (Millett, 2020, p. 52).

A tensão entre as duas Coreias agravou-se nos anos seguintes com o apoio soviético ao fortalecimento do exército norte-coreano e ao estímulo americano à repressão anticomunista no Sul. Antes mesmo de 1950, confrontos armados e insurreições locais – como a revolta de Jeju-do (1948)¹ – já havia deixado dezenas de milhares de mortos, evidenciando que a península vivia, de fato, uma guerra civil latente (Millett, 2020, p. 53). O conflito eclodiu oficialmente em 25 de junho de 1950, quando tropas norte-coreanas, munidas de armamento soviético e contando com apoio chinês indireto, invadiram o Sul. A ofensiva buscava derrubar o governo de Seul e unificar o país sob a bandeira comunista. O avanço rápido das forças de Kim Il-sung levou à intervenção imediata dos Estados Unidos e da ONU, enquanto a China entrou em conflito a partir de outubro de 1950, após o desembarque aliado em Inchon, interpretado por Pequim como ameaça direta à sua segurança (Millett, 2020, p. 57–58).

O conflito transformou a península coreana em palco da primeira proxy war da Guerra Fria, com a Coreia do Norte apoiada pela URSS e China, e a Coreia do Sul defendida por uma coalizão liderada pelos EUA sob mandato da ONU. A guerra resultou em devastação generalizada, mais de três milhões de mortos, e nenhuma alteração substancial nas fronteiras, que retornaram praticamente à linha original do paralelo 38 após o armistício de 1953. Como observa Millett, mesmo com o cessar-fogo, “os coreanos apenas deixaram uma guerra para entrar em outra espécie de conflito irreconciliável”, marcado pela disputa ideológica, militar e simbólica entre as duas Coreias (Millett, 2020, p. 59). A presença permanente de tropas estrangeiras e a militarização das relações entre Norte e Sul perpetuaram a divisão,

¹ A revolta de Cheju-do (*Jeju Uprising*) foi um levante popular ocorrido em abril de 1948 na ilha de Jeju, ao sul da península coreana, contra o governo militar imposto pelos Estados Unidos e a iminente divisão da Coreia em dois Estados. O movimento foi liderado por camponeses, sindicatos e militantes de esquerda, que se opunham às eleições promovidas apenas na parte sul da península — vistas como um passo para institucionalizar a separação entre Norte e Sul. A repressão foi conduzida pelas forças de segurança sul-coreanas com apoio norte-americano e resultou em uma das maiores tragédias do pós-guerra na Coreia, com estimativas que variam entre 25 mil e 30 mil mortos, além de centenas de aldeias destruídas.

consolidando um estado de guerra fria interna que moldaria o destino político e social da península pelas décadas seguintes.

Os acontecimentos que levaram à Guerra da Coreia nos levam a refletir sobre alguns aspectos. Um deles é a influência dos Estados Unidos na construção da histórica tensão identitária oriunda da separação das Coreias. Susan Strange certa vez afirmou que o destino do México é mais decidido em Washington do que o de Wall Street; e no caso da Coreia, não foi diferente. A utilização da península Coreana como arena de guerra pessoal dos norte-americanos não é um acontecimento isolado na história: o mesmo ocorreu com o Vietnã e Afeganistão em contextos semelhantes. Neste sentido, observa-se que a união entre os Estados Unidos e Japão, formalizada através do Acordo Taft-Katsura, representa o apoio norte-americano à assimilação cultural e violência colonial que foram perpetradas nos anos seguintes diretamente pelo Japão.

Além de representar a primeira *proxy war* da Guerra Fria, a Guerra da Coreia assume um papel importante no que Chris Deacon (2023) classifica como uma crise ontológica perpétua. Deacon se utiliza da segurança ontológica para afirmar que a Coreia do Sul sofre de uma profunda contradição entre sua identidade nacional e seus limites territoriais; ou seja, a percepção que os sul coreanos têm de si mesmos não está de acordo com a divisão superficial das Coreias. Neste sentido, a ideia de duas Coreias distintas se torna um dispositivo ontológico capaz de demonstrar o nexos entre as ansiedades com relação à divisão da Coreia e o antagonismo sul-coreano com o Japão.

Utilizar a Guerra da Coreia como ponto de partida para a análise desta contradição é primordial. Deacon afirma em seu texto que, diferente do que é colocado comumente na literatura, a crise ontológica, no caso coreano, não é um mero desvio comportamental, e sim uma realidade prevista desde o princípio fundacional da ROK. O que Deacon afirma em sua obra é que desde o fim da Guerra da Coreia e a partir do momento em que se criou a Coreia independente, esteve presente um “elefante na sala”, que contrariava a ideia de uma só Coreia, e não duas – a divisão da península. A partir disso, o autor ainda afirma que o luto sentido pelos sul-coreanos com relação à divisão da Coreia produz uma “ansiedade cartográfica” (p. 1050), que ajuda na manutenção de uma crise ontológica perpétua, mesmo que inconscientemente. Ele traz a ideia mobilizada por Franck Billé (2014) de que a incongruência entre os limites territoriais de um estado e seu imaginário espacial nacional corresponde à “dor fantasma” sentida por pacientes que possuem membros amputados. Essa relação nos faz refletir sobre a seguinte questão: em termos de (in)segurança ontológica, quais são os mecanismos discursivos produzidos por essa crise ontológica perpétua? O argumento

do autor é que a ROK se assemelha com o Chipre, Irlanda do Norte e Kosovo, no sentido de possuir uma coletiva nacional imaginada, e não várias (p. 1050). Assim, essa crise ontológica perpétua baseada na “ansiedade cartográfica” leva a consequências nas relações com o Japão – e no constante (re)manejo da figura do Norte em seu discurso.

A ideia de “uma só Coreia”, ou “*minjok*” – duas Coreias, um *minjok* (ou identidade coreana) – é verificada na história e burocracia coreanas. Até o século XIX, não existia um sentimento de lealdade pela “nação coreana” nem nada como “coreanos”; de repente, surgiram grafites em Seul exigindo a expulsão dos estrangeiros e a extirpação do catolicismo pela defesa de “nossa nação” (*uri nara*), e mesmo depois do processo colonial japonês, ainda existiam discursos dominantes sobre uma nação única de coreanos etnicamente homogêneos pelo território peninsular (Deacon, 2023, p. 1051). A ideia de uma só Coreia também é vislumbrada na esfera cultural e burocrática, desde a mitologia popular coreana, narrada em termos de uma única nação étnica, até o mito sobre o progenitor *Tan'gun* e a lendária fundação do *Kojosŏn* (ou como conhecido atualmente, Joseon, primeiro reino da península coreana) em 2333 AC. Mesmo na Constituição vê-se a ideia de um só *minjok*, a exemplo do Artigo 3 que define o território coreano como toda a península e ilhas, mesmo aquele território pertencente à DPRK. O próprio nome oficial da Coreia do Sul é *Taehan Min'guk* (Grande República Coreana) ou *Han'guk*, que mesmo sendo o nome oficial, é o nome utilizado para se referir a toda a Coreia. Mesmo os sul-coreanos quando falam dos norte-coreanos, utilizam o termo “*Han'guk*”, “*Han*” sendo a etnia comum entre todos os coreanos, e “*guk*” como “Norte” (Deacon, 2023, 1052). Existe portanto a categorização dos “*Han*” do Sul e “*han*” do Norte, mas todos fazem parte de uma só classificação homogênea: “*han*”.

Estes são alguns dos exemplos que refletem o que foi verificado por Assman e Czalipicka (1995) na construção das ideias de Memória Comunicativa e Memória Cultural: muitos dos elementos identitários podem ser preservados e mantidos por intermédio de escritos, textos e também artefatos. A própria ideia trazida pela mitologia coreana de um único *minjok* é um bom exemplo da interseção entre ambos os tipos de memória, e como esse é um elemento que continua aparecendo na formulação de dispositivos discursivos sul-coreanos com relação aos seus *outros*.

Observa-se, a partir desses exemplos, que a Guerra da Coreia é um dos pilares para a (re)construção da identidade coreana, tendo em vista que a divisão da Coreia violou o princípio da congruência de estado e nação, criando uma identidade política adicional incongruente com sua identificação inicial. Partindo da ideia de que a divisão territorial produz uma pressão para recuperar a identidade perdida (Shin, 2006), a Coreia do Sul se

encontra hoje num constante processo de busca pela própria identidade, mobilizando dispositivos de segurança numa crise ontológica perpétua que a leva a um estado de looping: a mudança de comportamento para atingir a segurança ontológica a leva a um ciclo infinito, já que este é um objetivo ilusório. Pode-se dizer que, à medida que os Estados compõem uma comunidade imaginada (Anderson, 2006), construídos e reconstruídos socialmente, suas identidades são frágeis e contestadas, necessitando de constante rearticulação para se manterem (Campbell, 1998). Essa rearticulação acontece a partir da criação de narrativas ontológicas, como no caso coreano: a Coreia era unificada até a Guerra da Coreia, hoje não mais, e isso produz sérias consequências para a forma como a Coreia do Sul se relaciona com o “eu” e o “outro”; no caso, o Japão e até mesmo a própria Coreia do Norte.

Verifica-se, portanto, que a Guerra da Coreia é uma boa demonstração das tensões internas e da competição entre EUA e URSS, e embora tenha sido inicialmente tratada oficialmente na Coreia do Sul como uma agressão inesperada do Norte, com os sul-coreanos unificados contra o comunismo, passou a ser questionada a partir dos anos 1990, com estudiosos e cineastas abordando a complexidade do conflito e mostrando que havia sul-coreanos que à época simpatizavam com o comunismo. (Baker, 2006, p. 117) Essa nova maneira de enxergar o conflito inspirou filmes como *The Taebaek Mountains*² e *Taegukgi*³, que trouxeram à tona as ambiguidades da guerra e os dilemas enfrentados pelos soldados. O governo sul-coreano, que antes controlava a narrativa, passou a permitir discussões sobre as atrocidades cometidas por ambos os lados. Esse novo olhar gerou reações contrárias, especialmente de conservadores que mantêm uma visão mais rígida da guerra. Ao mesmo tempo, observa-se como o desmantelamento de um discurso dominante sobre a Guerra da Coreia acaba por inserir novos signos de linguagem no imaginário popular sul-coreano — neste caso, filmes, mas também na literatura e música —, reformulando então a memória que se possui sobre este evento.

Examina-se, portanto, a constante mobilidade da memória coletiva sobre determinados aspectos importantes para a formação da identidade nacional, e por isso é de suma importância considerar estas variáveis no escopo da análise. Depreende-se que a colonização não é o único elemento responsável pela construção da identidade nacional através da

² *The Taebaek Mountains* é um filme sul-coreano de 1994, dirigido por Im Kwon-taek. O filme é uma dramatização do conflito de ideologias e das primeiras batalhas que levaram à Guerra da Coreia.

³ *Taegukgi* (2004), dirigido, por Kang Je-gyu, é um filme sul-coreano que retrata dois irmãos: Jin Tae e Jin Seok, que ao serem forçados a alistarem-se no Exército, vão lutar na Guerra da Coreia.

formulação, preservação e reconstrução de memórias coletivas, mas ainda assim, considera-se que seu papel é indispensável para este processo. Observa-se que a Coreia do Sul não é um monólito em termos narrativos: essas noções sobre sensibilidades diante da Guerra da Coreia e até mesmo do luto com relação à Coreia do Norte dependem da administração do governo, da opinião pública, e até mesmo com o nível de ameaça representada pelos norte-coreanos. É importante nos lembrar de não reduzir as diversas representações identitárias da ROK tendo em vista que a RPDC ainda representa uma ameaça bélica a seus vizinhos. Neste sentido, pode-se observar que progressistas e conservadores mobilizam a aproximação com a Coreia do Norte e as relações com o Japão de forma distinta, ainda que, mesmo com a variação dos espectros políticos, um tema que os une é a noção da nação coreana.

Depreende-se, a partir do que foi exposto em ambas as seções acima, que a experiência coreana é bastante singular. Passado um momento de profunda violência colonial perpetrada pelo Japão e apoiada pelos Estados Unidos, a península coreana foi utilizada como palco de guerra de grandes potências, numa disputa ideológica que a impediu de compreender a si mesma e que resultou na maior de suas chagas – a separação das Coreias. Tendo isso em vista, faz-se necessário investigar os empreendimentos desses dois grandes acontecimentos históricos – Colonização Japonesa e Guerra da Coreia – para a mobilização discursiva da Coreia do Sul sobre o Japão e a Coreia do Norte.

À luz do que foi apresentado, torna-se evidente que a Guerra da Coreia também constitui um segundo reservatório de narrativas profundamente mobilizáveis no imaginário político sul-coreano. Elementos como os levantes populares anteriores ao conflito – a exemplo de Jeju-do (1948) –, a consolidação da divisão territorial pela intervenção das grandes potências, o peso dos Estados Unidos na conformação da ordem pós-1945, bem como a persistência da noção de minjok e da ideia de “uma só Coreia”, compõem um repertório histórico que não apenas estrutura a identidade da ROK, mas é também continuamente disputado. Neste sentido, governos inclinados à reconciliação podem enfatizar o sofrimento compartilhado e o ideal de unidade nacional, enquanto administrações mais conservadoras tendem a acentuar o papel do Norte como ameaça existencial ou a salientar a intervenção norte-americana como pilar da sobrevivência sul-coreana. Do mesmo modo, episódios traumáticos como Jeju podem ser narrados como símbolo de resistência popular contra autoritarismos, ou, alternativamente, atenuados em contextos de alinhamento com aliados estratégicos. Assim, os acontecimentos que culminaram na Guerra da Coreia – sua violência, seu caráter de “guerra inconclusa” e seu papel na consolidação da divisão peninsular – são continuamente reativados para produzir sentidos políticos atualizados sobre identidade,

segurança e alteridade. Esse movimento confirma que a memória do conflito opera como um dispositivo narrativo flexível, cujas saliências variam conforme o contexto geopolítico, a agenda interna e o posicionamento narrativo.

3.3. Relações Contemporâneas Coreia do Sul-Japão

Não é um exagero afirmar que atualmente as relações bilaterais entre Coreia do Sul e Japão são marcadas pelo ressentimento com relação ao passado colonial/de guerra, o que representa um certo problema para os EUA, perturbados pelo antagonismo entre seus dois principais aliados no leste asiático. De acordo com Deacon (2023), os últimos anos foram marcados por inúmeros episódios de tensão entre ambos os países, que evidenciam a fragilidade das relações bilaterais. Entre eles, destacam-se o incidente em que um destróier da marinha sul-coreana apontou o radar de mísseis contra uma aeronave de vigilância japonesa (Panda, 2018); as disputas na Organização Mundial do Comércio sobre a segurança dos frutos do mar provenientes do Japão (Reuters, 2019); e o boicote público sul-coreano a produtos e serviços japoneses, que contou com a adesão de mais de 70% da população e resultou em uma queda de até 97% nas vendas de marcas japonesas (Kang, 2019; Yonhap, 2020).

Mais do que apresentar exemplos soltos que, de fato, evidenciam a manutenção de uma tensão entre as relações Coreia do Sul-Japão, este trabalho busca estabelecer um nexo entre os principais episódios que se relacionam com o período da colonização japonesa e da Guerra da Coreia e os atuais acontecimentos. Desse modo, o que se objetiva aqui é apontar como alguns dos principais traumas deixados pelas intervenções japonesas – e também norte-americanas, não se pode esquecer – são trabalhados até hoje no tecido social coreano.

Algumas dessas tensões são verificadas até mesmo na linguagem cotidiana, como é o exemplo do termo “*ch’inilp’a*”, como já mencionado. O emprego deste termo está diretamente relacionado com o movimento Ilchinhoe, e com o que ficou posteriormente conhecido como Biographical Dictionary of Collaborators, um documento que reúne os nomes de cerca de 4.300 coreanos que colaboraram com o exército japonês à época da ocupação. Esse é um documento que reflete como o ressentimento e trauma da ocupação japonesa são sentimentos generalizados do povo sul-coreano, evidenciados ainda mais na repulsa àqueles que à época traíram sua própria nação (Baker, 2016).

A exploração sexual de meninas – muitas delas, coreanas – também é um elemento que mobiliza a tensão com relação ao Japão. Cabe mencionar um fenômeno histórico na Coreia do Sul, que teve seu início no dia 8 de Janeiro em 1992: A Demonstração da Quarta-

Feira, *Suyo jipoe*, ou como é oficialmente chamada, Demonstração de Quarta-feira exigindo que o Japão repare os problemas das Mulheres de Conforto. Esta é a mais longa demonstração de protesto e foi inicialmente organizada pelo Conselho Coreano de Justiça e Memória para as Questões da Escravidão Sexual Militar (Yoon, 2022), perdurando até os dias de hoje – especialmente porque o Japão jamais reconheceu ou se desculpou oficialmente por esses crimes.

A permanência dessa ferida histórica se manifesta de forma recorrente nas relações diplomáticas entre os dois países. Um exemplo emblemático ocorreu em 2017, quando o governo japonês retirou temporariamente seu embaixador em Seul após a instalação, na cidade portuária de Busan, de uma estátua em homenagem às mulheres de conforto — símbolo das vítimas coreanas forçadas à escravidão sexual pelo exército japonês durante a Segunda Guerra Mundial (BBC News, 2017). O Japão alegou que o monumento violava o acordo bilateral de 2015, firmado entre o à época primeiro-ministro japonês Shinzo Abe e a até então presidente sul-coreana Park Geun-hye, que previa o pagamento de 1 bilhão de ienes às sobreviventes e um pedido formal de desculpas do governo japonês. O pacto, mediado pelos Estados Unidos, declarava que a questão estaria resolvida “de forma final e irreversível”, desde que ambas as partes cumprissem suas obrigações. Contudo, o acordo foi amplamente criticado na Coreia do Sul por não incluir as próprias vítimas nas negociações e por não reconhecer a responsabilidade legal do Japão, sendo visto como uma solução diplomática, e não moral. Em resposta à instalação da estátua, o Japão suspendeu as negociações econômicas e retirou também o cônsul-geral de Busan, aprofundando o impasse diplomático. O episódio evidenciou que, para a sociedade sul-coreana, a questão das mulheres de conforto permanece sem resolução moral e histórica, pois o acordo de 2015 é amplamente percebido como insuficiente e desprovido de um reconhecimento efetivo da responsabilidade japonesa. Assim, o tema segue como uma das chagas mais sensíveis do período colonial, revivendo ressentimentos e reafirmando a memória coletiva de injustiça que molda a identidade política e histórica da Coreia do Sul contemporânea.

Esses episódios recentes se inserem no que Deacon (2023) descreve como verdadeiras *history wars* no Leste Asiático, nas quais disputas sobre responsabilidade histórica, representação do passado e legitimidade moral transbordam do campo acadêmico para o domínio político, diplomático e até econômico. Pode-se observar que esses conflitos não se limitam à rememoração de eventos traumáticos, mas constituem encontros mnêmicos nos quais diferentes versões do passado colidem, competem e se reconfiguram continuamente, produzindo efeitos estruturais na forma como Estados constroem suas identidades e definem

seus “outros significativos”. No caso das relações ROK-JP, cada novo incidente envolvendo mulheres de conforto e monumentos opera como um desses encontros, reativando traumas, ressuscitando controvérsias e, ao mesmo tempo, abrindo espaço para mudanças inesperadas de percepção pública e de posicionamento político. Dessa forma, a disputa memorial não é apenas um pano de fundo histórico, mas um dispositivo ativo que organiza o presente das relações bilaterais.

O fracasso em cumprir acordos que visam ressarcir às vítimas do período colonial japonês é um elemento marcante nas relações entre a Coreia do Sul e o Japão, e não está limitado apenas ao caso das mulheres de conforto. Ao longo dos últimos anos, autoridades sul-coreanas e japonesas têm exercido alguns esforços para compensar vítimas da Segunda Guerra Mundial, como é o caso de um tratado de 1965 que, além de estabelecer relações diplomáticas entre ambos os países, teve como objetivo indenizar coreanos que foram enviados ao Japão, à Sacalina – ilha atualmente localizada no Extremo Oriente russo – e às Ilhas do Pacífico, compelidos a exercer trabalho forçado em condições extremamente precárias (Reynolds, 2020). Segundo matéria publicada pelo Washington Post em agosto de 2020, apesar de ter sido concedido pelo governo japonês um valor estimado em 300 milhões de dólares – cerca de 2,4 bilhões na cotação atual –, além de 200 milhões de dólares em empréstimos, algumas decisões judiciais na Coreia do Sul desde o final de 2018 afirmam que alguns trabalhadores recrutados não foram devidamente compensados por sua dor e sofrimento emocional – cerca de 725.000 coreanos foram enviados para trabalho forçado, embora a maioria tenha falecido sem qualquer tipo de compensação. Diante das decisões judiciais supracitadas – que exigem compensação financeira de algumas das maiores empresas japonesas, como por exemplo a Mitsubishi e a Nippon Steel – pode-se observar que há um escalonamento de tensão entre ambos os países, que apesar de não ter prejudicado efetivamente suas relações comerciais e militares até o momento, – a Coreia do Sul tem o Japão como principal aliado diante da problemática das ambições nucleares norte-coreanas (Reynolds, 2020) – demonstra algumas consequências.

Uma delas, partindo do lado japonês, é o fato de que o Japão rejeitou uma proposta sul-coreana para um fundo de compensação conjunto para resolver a disputa, considerando-a uma violação do direito internacional e do tratado de 1965, e, em seguida, removeu a Coreia do Sul de uma “lista branca” de países confiáveis que se beneficiam de verificações comerciais menos rigorosas, o que foi seguido por uma restrição às exportações de materiais vitais para os fabricantes sul-coreanos de semicondutores e displays de computadores. Já a Coreia do Sul removeu o Japão de sua lista de parceiros comerciais mais confiáveis e

anunciou que se retiraria de um acordo de compartilhamento de inteligência militar, e embora posteriormente tenha reconsiderado devido à forte pressão dos EUA, reativou em julho de 2020 uma queixa que havia apresentado à Organização Mundial do Comércio no ano anterior sobre as restrições comerciais do Japão, descrevendo-as como “motivadas politicamente”. (Reynolds, 2020) Tóquio tentou bloquear a investigação da OMC, alegando que suas medidas se enquadram em uma exceção de segurança nacional.

Esse exemplo demonstra que o ressentimento nunca desapareceu por completo, nem as tensões. A condenação de empresas como Mitsubishi e Mitsui por trabalho forçado e exploração em 2018, resultou no estabelecimento de barreiras comerciais a exportações de insumos importantes à indústria de tecnologia coreana (Pautasso; Nogara, 2019). Essas controvérsias das décadas seguintes ao tratado bilateral, que prejudicaram especialmente grandes conglomerados como a Samsung, demonstram que a complexidade das relações entre os dois países se estende até os dias atuais e interferem em outras áreas — como é o caso da área securitária, com a não renovação do Acordo Geral de Informação Militar (GSOMIA) e a realização de exercícios militares coreanos em torno das ilhas de Dokdo (para os coreanos), Takeshima para os japoneses (Pereira, 2021, p. 9).

A disputa pelas ilhas Dokdo/Takeshima, por sua vez, continua sendo um dos principais símbolos das tensões históricas e identitárias entre Coreia do Sul e Japão. Desde 1945, e especialmente após 1954, quando Seul passou a exercer controle efetivo sobre o arquipélago, o governo japonês tem reiterado suas reivindicações de soberania, classificando a ocupação sul-coreana como “ilegal” (Lowy Institute, 2024). Além do peso simbólico, o território possui relevância estratégica: a região é rica em recursos pesqueiros, apresenta potencial de exploração de gás natural e influencia a delimitação de zonas econômicas exclusivas (EEZ) e de identificação de defesa aérea (ADIZ), o que intensifica o caráter securitário da disputa (Lowy Institute, 2024). Assim, cada gesto político – como visitas de autoridades sul-coreanas às ilhas ou a inclusão das Takeshima em mapas e museus oficiais japoneses – reacende o conflito diplomático, revelando como o passado colonial ainda estrutura percepções de legitimidade e soberania entre os dois países.

Esses episódios reverberam diretamente na opinião e percepção públicas sobre o Japão. Segundo uma pesquisa de opinião realizada no ano de 2013 pela Pew research Center, cerca de 98% da população coreana acreditava que o Japão não havia se desculpado o suficiente pelos crimes cometidos entre os anos 1930-1940, com a percepção ainda mais acalorada e negativa no mês de abril daquele ano, quando políticos conservadores japoneses visitaram o Santuário Yasukuni, em Tóquio, em honra de soldados japoneses mortos na

guerra. Um dos pontos interessantes da pesquisa, representada pela tabela abaixo, é que o número de sul-coreanos que afirmam que o Japão não se desculpou o suficiente supera até mesmo o número de chineses que afirmam o mesmo, que de acordo com a pesquisa compõem cerca de 78%. Dessa forma, a pesquisa evidencia de maneira clara como o ressentimento histórico e a percepção de insuficiência nas desculpas japonesas continuam a influenciar profundamente as relações bilaterais entre Coreia do Sul e Japão. Ao revelar que o sentimento de desconfiança e insatisfação é amplamente compartilhado pela população sul-coreana, os dados ajudam a compreender por que temas ligados ao passado colonial ainda emergem como pontos de tensão.

Tabela 1: O Japão se desculpou o suficiente por suas ações militares entre 1930-1940?

Países	Não	Sim	Não são necessárias desculpas	Indecisos
Coreia do Sul	98%	1%	1%	1%
China	78%	4%	2%	16%
Japão	28%	48%	15%	9%

Fonte: Pew Research Center, 2013.

As flutuações nesses índices de percepção não são fenômenos isolados, mas expressam o que Deacon (2023) caracteriza como a plasticidade dos encontros mnêmicos: momentos em que percepções sobre o passado são reativadas ou ressignificadas em função de debates contemporâneos. Nessas situações, memórias que pareciam estáveis podem adquirir novos significados, seja pela intensificação do nacionalismo japonês, pela pressão geopolítica norte-americana ou por iniciativas simbólicas como a construção de monumentos ou revisões curriculares. Tais encontros revelam a instabilidade das fronteiras identitárias no Leste Asiático, pois colocam em disputa interpretações concorrentes do passado colonial e da Guerra do Pacífico, permitindo que discursos hegemônicos sejam, ainda que momentaneamente, tensionados ou reconfigurados. No caso sul-coreano, isso explica por que índices de antipatia e ressentimento podem coexistir com momentos de maior abertura pragmática ou de redefinição estratégica do outro japonês.

A partir disso, podemos regressar ao que argumenta Jelena Subotic (2013), quando apresenta a ideia de “narrativas hegemônicas”. Para Subotic, que trabalha a construção de narrativas hegemônicas da Sérvia com relação ao conflito no Kosovo, Estados produzem “culturas de segurança nacional”, que são parcialmente construídas pela criação de mitos sobre inimigos históricos e passados partilhados (Subotic, 2013, p. 308). Estas, por sua vez, são ancoradas no que ela denomina como “narrativas hegemônicas”, narrativas fortes e poderosas, que encontram pouca contraposição societária. Seriam, neste sentido, narrativas dominantes da sociedade às quais os líderes políticos dificilmente se opõem, à medida que fazem parte da autobiografia nacional – ou seja, eles geralmente conduzem suas políticas de acordo com o entendimento coletivo da própria identidade e propósito internacional (Subotic, 2013, pp. 308-309).

A ideia de que na Coreia do Sul existe uma narrativa hegemônica dominante sobre a experiência colonial e o que ela significa para a relação com o Japão é bem fundamentada não apenas pelos exemplos expostos neste capítulo e pela pesquisa de opinião, mas também pela linguagem empregadas por líderes políticos sul-coreanos ao longo dos anos, como será melhor trabalhado no próximo capítulo. Deste modo, alguém poderia até depreender que essa narrativa hegemônica encontra base sólida o suficiente para ser implacável, impossibilitando sua destituição por outras. Como bem afirma Subotic, narrativas hegemônicas são dificilmente substituídas pelas alternativas, uma vez que estas são comumente marginalizadas a ponto de se tornarem irrelevantes e extremamente custosas para os atores políticos. Mas será que as narrativas hegemônicas são de fato tão irredutíveis?

A pesquisa “[2025 Japan Perception Survey] *Perceptions of Korea-Japan Relations and Future Prospects*” realizada pela Korea Research em abril deste ano revelou que cerca de 55,2% dos coreanos viam como positivas as relações entre Coreia do Sul e Japão. Esse dado marcou o maior nível desde que se iniciaram as pesquisas de opinião pública, em 1995. Isso significa que a favorabilidade do Japão pelos sul-coreanos se mostrou a mais alta na história. Segundo a pesquisa, essas mudanças são impulsionadas por diversos fatores. O governo de Yoon Seok-yeol é um deles, que assumiu o cargo em 2022, e embora tenha sofrido um impeachment após acionar a lei marcial no país, buscou ativamente melhorar as relações com o Japão ao enfatizar a aliança de valores entre Coreia, Estados Unidos e Japão. Segundo o levantamento, esse percentual de percepção negativa em relação às relações entre Coreia do Sul e Japão diminuiu bastante. Especificamente, aproximadamente 20% das pessoas respondem que as relações entre Coreia e Japão são “ruins”, indicando uma diminuição considerável no número de sul-coreanos que têm uma visão negativa ou péssima da relação

bilateral. Embora as questões não tenham tratado especificamente sobre a colonização japonesa, e sim focado em questões de cooperação e relações bilaterais, essa drástica mudança – mesmo se comparado a 2023, por exemplo – levantam reflexões sobre uma eventual mudança de percepção da população coreana, e, sobretudo, da juventude coreana, com relação ao Japão.

Tabela 2 - Avaliação das relações Coreia do Sul-Japão e Prospecções Futuras

Porcentagem de pessoas que veem a relação bilateral como “ruim”.

2023	35%
2024	29%
2025	20%

Fonte: Korea Research, 2025.

Estes dados surpreendentes surgem num momento muito específico da Coreia do Sul, que atualmente passa por uma crise política. Em 4 de abril de 2025, o Tribunal Constitucional decretou por unanimidade o impeachment de Yoon Suk-Yeol, julgando que seus atos — notadamente a declaração de lei marcial em dezembro de 2024 — violaram a Constituição e traíram a confiança pública (Carnegie Endowment, 2025). Essa decisão precipita uma eleição presidencial extraordinária em 3 de junho de 2025 e intensifica um ambiente de polarização: partidos principais enfrentam lutas internas acirradas e o país se vê imerso numa disputa sobre reformas políticas e constitucionais urgentes. A opinião pública também já revela fissuras — pesquisas indicam que 57% apoiam o impeachment, ao passo que 37% se opõem, com divergências expressivas por região, faixas etárias e afiliação partidária (Carnegie Endowment, 2025). A acionagem da lei marcial reviveu fantasmas do passado dos sul-coreanos, que viveram ditaduras militares entre 1961 e 1988, sob os governos de Park Chung-hee e Chun Doo-hwan, e gerou divisões que abrem espaço para que grupos radicais – especialmente aqueles alinhados à direita – mobilizem protestos e questionem a legitimidade institucional.

O impeachment de Yoon Suk-Yeol gerou enorme comoção social e política, com manifestações massivas nas ruas, debates acalorados sobre a legitimidade institucional e suspeitas sobre a extensão do uso do poder presidencial (BBC, 2025). Segundo relatos da cobertura, muitos sul-coreanos interpretam o episódio como um ponto de inflexão – alguns celebram como um triunfo da democracia, enquanto outros denunciam “vitória parcial” ou

“ruptura institucional tardia”. A polarização tornou-se mais intensa: o apoio ao impeachment é amplo, mas há resistência significativa entre os segmentos que simpatizam com Yoon ou que temem instabilidade democrática. Nesse contexto, a crise política atual apresenta risco real de alterar humores coletivos e dar voz ampliada a grupos radicais — especialmente aqueles que já estão mobilizados em protestos pró-Yoon ou em movimentos nacionalistas de direita.

Esse novo movimento político chama atenção para novas manobras de mobilização de aspectos históricos, como é o caso da colonização japonesa. No dia 6 de outubro de 2025, durante o feriado de *Chuseok*⁴, grupos de extrema-direita realizaram protestos em várias áreas de Seul, reunindo milhares de participantes e gerando preocupações com discursos de ódio. O evento mais significativo foi organizado pelo grupo ultra-conservador Freedom Univ., composto principalmente por jovens vestidos de preto. Eles marcharam pelo centro da cidade, empunhando bandeiras nacionais e entoando slogans como "Partido comunista, fora!" e "Coreia para Coreanos", além de utilizar apitos e distribuir panfletos com frases como "China, fora!" e "Sem entrada sem visto para 30 milhões de turistas chineses" (The Korea Times, 2025). Esses protestos também incluíram manifestações de apoio ao ex-presidente Yoon Suk Yeol, condenado por tentativa de golpe militar, e negação à questão das mulheres de conforto.

Observa-se, a partir dessa massa de jovens em protesto e somado a uma maior favorabilidade com relação ao Japão, que os ventos estão mudando na Coreia do Sul. Se historicamente a relação entre ROK e Japão eram marcadas por profundas cicatrizes da herança colonial, com mais da metade da população não apenas condenando os crimes cometidos pelo exército japonês, mas também engajando em ações coletivas sobre o passado (a exemplo da Demonstração de Quarta Feira), hoje essa lógica é alterada lado a lado dos novos paradigmas globais. A retórica anti-China de Donald Trump, a ascensão da extrema direita no mundo e surgimento de novos mártires para esse espectro político (a exemplo de Charlie Kirk), e a crise democrática global compõem um novo contexto-quadro que afeta diretamente o cenário político sul-coreano, que sofre de uma profunda vulnerabilidade histórica por ser um país de democracia ainda juvenil, assolada por reviravoltas políticas e culturais – colonização, um longo período ditatorial – que servem de cenário para as discrepâncias entre uma nação outrora autoritária, pobre e majoritariamente agrária, e um país

⁴ Chuseok, também conhecido como Gabae ou Hangawi, é um festival de colheita de três dias amplamente celebrado na Coreia do Sul. Realizado no décimo quinto dia do oitavo mês lunar, Chuseok significa "noite de outono" e pode ser entendido como a "noite de outono com a lua mais brilhante."

atualmente protegido pelos ideais democráticos, altamente avançado em termos socioeconômicos e que concentra altas taxas de urbanização (Baker, 2016) .

Neste sentido, não se pode saber o futuro da Coreia do Sul, tampouco o de sua narrativa hegemônica com relação ao passado colonial com o Japão. Seu futuro depende de inúmeras variáveis e alterações constantes do jogo político do leste-asiático, a exemplo da recente renúncia do até então primeiro-ministro japonês Shigeru Ishiba e sua substituição por Sanae Takaichi, conservadora convicta que tem “repetidamente minimizado as atrocidades cometidas pelo Japão em tempo de guerra” (South China Morning Post, 2025). É difícil afirmar com certeza, ao menos por enquanto, se essa mudança pode levar a um período de maior fricção diplomática, onde a Coreia do Sul veria o Japão menos disposto a confrontar honestamente e a oferecer reparações morais e históricas sobre o seu passado colonial, ou se as questões apresentadas acima podem levar a alterações no ecossistema político e narrativo sul-coreano; mesmo assim, é importante que se tenha em mente a análise discursiva dos principais líderes políticos sul-coreanos podem nos auxiliar neste processo compreensivo.

Diante do exposto, percebe-se que as tensões entre Coreia do Sul e Japão continuam estruturadas por um repertório narrativo que articula ressentimento colonial, disputas memorialísticas e episódios contemporâneos como o caso de protestos dedicados a mulheres de conforto, o trabalho forçado, as controvérsias sobre Dokdo/Takeshima e as restrições comerciais mútuas. Esses eventos funcionam, nos termos de Subotic (2013), como pilares de uma narrativa hegemônica que define o Japão como “*outro histórico*”, ao mesmo tempo em que representam, conforme argumenta Deacon (2023), verdadeiros encontros mnêmicos que reativam continuamente versões concorrentes do passado. A oscilação recente na opinião pública – com aumento da favorabilidade ao Japão – demonstra que tais narrativas, embora poderosas, não são imutáveis. Contudo, é especialmente em contextos de instabilidade institucional, como a atual crise política sul-coreana marcada pelo impeachment de Yoon Suk-Yeol e pela mobilização de grupos radicais, que essas disputas ganham intensidade: crises ampliam o espaço para reinterpretações estratégicas do passado, radicalizam discursos e tornam mais fértil o terreno para contestação e reconfiguração da narrativa hegemônica. Nesse cenário sensível, compreender como líderes políticos mobilizam esses elementos narrativos torna-se fundamental para interpretar a direção futura do debate identitário sul-coreano.

4. Continuidades e discontinuidades da narrativa hegemônica: discursos de líderes políticos sul-coreanos e a Narrativa Hegemônica Coreana em Disputa

“Tempos incertos exigem uma análise não convencional”. É com essas palavras que David Campbell (1992, p. 7) inaugura o preâmbulo de seu livro *“Writing Security”*, onde examina como a política externa dos Estados Unidos é moldada e entendida através das lentes da identidade e da segurança. O autor argumenta que a identidade nacional dos Estados Unidos é, em grande parte, construída em oposição a uma série de "Outros" percebidos como ameaças. Esses "Outros" podem ser ideológicos, culturais ou políticos, como o comunismo durante a Guerra Fria ou o terrorismo no pós-11 de setembro. Campbell argumenta em sua obra que a segurança é um processo dinâmico que envolve a criação e a manutenção de identidades, sugerindo que, ao definir ameaças e se proteger contra elas, os Estados e as sociedades estão definindo e reforçando suas próprias identidades. As políticas de segurança e os discursos sobre segurança são, assim, práticas que ajudam a criar e sustentar a identidade nacional e social.

A relação entre identidade e alteridade, no entanto, não deve ser lida de maneira estática. Como argumenta Rumelili (2004), mesmo que as literaturas tradicionais em Relações Internacionais tenham enfatizado o “Outro” como ameaça e a diferença como fronteira de exclusão, as interações entre “Eu” e “Outro” são marcadas por graus variáveis de associação e dissociação. Em outras palavras, a identidade estatal não se constitui apenas pela negação, mas também pela incorporação parcial, pela ambiguidade e pela reconfiguração constante dessas fronteiras. No caso da Coreia do Sul, a relação com o Japão e a Coreia do Norte exemplifica essa flexibilidade: ambos ocupam, em diferentes momentos, posições de ameaça, solidariedade ou complementaridade, revelando que a construção do “Eu” nacional é um processo contínuo de negociação entre semelhança e diferença (Rumelili, 2004). A complexidade da construção do “eu” coreano a as potenciais mobilizações do mesmo “outro” ao longo de diferentes momentos históricos é o que orienta esta pesquisa.

Neste sentido, vale a pena regressar ao conceito de narrativas hegemônicas construído por Subotic: em um contexto de alta complexidade interacional entre diferentes atores, como é o caso da Coreia do Sul, Japão e Coreia do Norte, a (re)construção de suas percepções um sobre o outro pode vir a afetar o manejo da narrativa hegemônica. Essa narrativa, sob esse aspecto, pode ser constantemente disputada a ponto de assumir diferentes tons ao longo da

história e diante de contextos políticos internacionais e domésticos – o que pode ser verificado no discurso.

Deacon (2023) faz um trabalho brilhante ao expor o que parece ser a narrativa hegemônica na Coreia do Sul: em discursos que refletem a crise existencial sul-coreana, o Japão assume a posição do “*outro*” inimigo histórico, enquanto que a separação com a Coreia do Norte é um grande fantasma que dificulta a busca pela segurança ontológica (Deacon, 2023, p. 1058). Mesmo em espectros políticos conflitantes, como é o caso da dinâmica conservadores *vs* progressistas, existe um consenso: o Japão perpetrou violência colonial e a reunificação é necessária. O autor em determinado momento menciona que, embora a separação das Coreias não seja o único fator a trazer consequências para as relações bilaterais com o Japão, ela é uma das principais fomentadoras da crise ontológica perpétua vivida pela Coreia do Sul. Neste sentido, a solução para a crise poderia estar ou na reunificação, o que poderia melhorar a relação entre Coreia do Sul e Japão a ponto de promover uma conciliação entre ambos, ou no surgimento de uma *identidade sul-coreana*, que, se tornando dominante através de representações de elementos unicamente sul-coreanos no território nacional, poderia ajudar a mitigar a crise (Deacon, 2023, p. 1058).

Mesmo assim, observa-se que essa crise perpassa o fantasma do passado colonial e sobretudo a fragmentação das Coreias, e isso se confirma no discurso político de líderes políticos. Obviamente, existe uma mudança de tom quando se trata de políticos conservadores ou progressistas. Os líderes progressistas geralmente possuem um tom mais acusatório com relação ao Japão, mencionando termos como “imperialismo japonês”, fazendo alusão a ativistas e movimentos sociais importantes para a independência e, principalmente, expondo explicitamente a necessidade da reunificação coreana – muitas vezes partindo do pressuposto de uma coexistência entre os sistemas políticos, e não de absorção. Já os conservadores, que possuem um tom mais ameno com relação ao Japão ao apontar que, de fato, houve um processo colonial, mas que diante das ameaças comuns dos dias atuais ambos precisam manter relações amigáveis, quando se referem diretamente à necessidade de reunificação, o fazem com um tom mais paternalista com relação aos norte-coreanos, denunciando uma ditadura corrupta e tirana que precisa ser absorvida pelo capitalismo sul-coreano para que as Coreias finalmente alcancem a paz e o progresso. Mesmo diante dessas diferentes abordagens, vê-se em ambos os discursos: **1.** o reconhecimento da colonização japonesa, e **2.** a necessidade da reunificação, que são reciprocamente presentes na narrativa hegemônica coreana ao menos até 2022, último mandato do ex-presidente Moon Jae-In.

Essa variação discursiva confirma o argumento de Rumelili (2004) de que o “Outro” não é uma entidade fixa, mas um papel que pode ser deslocado dentro da narrativa identitária. A diferença, portanto, não é apenas uma fronteira, mas também um espaço de relação e possibilidade – ao tratar o Japão ora como inimigo colonial e ora como parceiro estratégico, e a Coreia do Norte ora como inimiga ideológica, ora como irmã dividida, os discursos presidenciais sul-coreanos demonstram precisamente esse caráter relacional e mutável da alteridade. O “eu” é produzido e reproduzido na oscilação entre o reconhecimento da semelhança e a reafirmação da diferença — um processo que é constitutivo da própria ontologia do Estado (Rumelini, 2004, p. 29-31).

Entende-se, portanto, que o (re)manejo das alteridades é um processo constante, e no caso da Coreia, os laços de inimizade, aliança e amizade são irrestritamente mutáveis a todo momento, a depender das ferramentas e dispositivos discursivos empregados à luz da memória. Para fins de melhor compreensão da leitura, pode-se fazer o uso da tabela abaixo para entender como cada líder político aqui analisado apresenta o Japão, Coreia do Norte e a própria Coreia do Sul:

Tabela 3 - Quadro Comparativo das Construções Discursivas de Japão, Coreia do Norte e Coreia do Sul pelos Presidentes Sul-Coreanos

Presidente	Linha política	Japão	Coreia do Norte	Coreia do Sul
Lee Myung-bak (2008–2013)	Conservador; <i>Grand National Party</i> (atual <i>People Power Party</i>)	Japão como parceiro possível, apesar do passado.	Norte como ameaça nuclear condicionada ao diálogo.	Sul forte, próspero e líder regional.
Moon Jae-In (2017–2022)	Progressista; <i>Democratic Party of Korea</i> (DPK)	Japão como <i>inimigo colonial</i> e fonte de trauma histórico.	Norte como <i>irmão</i> e parte da mesma nação.	Sul como vítima fortalecida que busca reunificação e paz.
		Japão	Norte como <i>inimigo</i>	Sul como fronteira da

Yoon Suk-Yeol (2022–2025)	Conservador; <i>People Power Party (PPP)</i>	progressivamente apresentado como <i>aliado moral e estratégico</i> , passado minimizado.	<i>existencial</i> e ameaça civilizacional.	liberdade, alinhado ao Japão/EUA.
Lee Jae-Myung (2025–)	Progressista; <i>Democratic Party of Korea (DPK)</i> (linha mais à esquerda do partido)	Japão como opressor histórico que deve reconhecer o passado.	Norte como parceiro identitário para diálogo e reunificação pacífica.	Sul como guardião da memória e protagonista do diálogo inter-coreano.

Fonte: elaboração própria.

Embora o recorte analítico deste capítulo abarque a atmosfera política sul-coreana entre 2008 e 2025, é importante esclarecer a ausência do governo de Park Geun-Hye (2013–2017). Essa lacuna não decorre de desatenção empírica, mas de uma decisão metodológica que visa preservar a coerência interna da comparação proposta. Em primeiro lugar, a inclusão de Park exigiria avançar para dimensões específicas de sua trajetória – sobretudo o legado político de seu pai, Park Chung-Hee, general e ditador sul-coreano entre 1961 e 1979 – que introduziriam temas ligados ao autoritarismo, à transição democrática e às disputas memoriais internas que extrapolam o escopo deste trabalho. Como a análise está organizada para examinar como líderes mobilizam elementos narrativos associados sobretudo ao passado colonial japonês, à Guerra da Coreia e à construção contemporânea da alteridade Japão–Coreia do Norte, a entrada de Park deslocaria o eixo argumentativo para debates que não foram desenvolvidos na seção histórica. Em segundo lugar, sua inclusão criaria uma assimetria analítica entre os blocos comparativos, resultando em três governos conservadores e apenas dois progressistas, comprometendo a lógica paritária que sustenta a arquitetura comparativa – Lee Myung-bak e Moon Jae-in, de um lado, e Yoon Suk-yeol e Lee Jae-myung, de outro. A ausência do governo Park Geun-Hye é, portanto, deliberada para fim de preservar a simetria comparativa, evitar tangenciamentos temáticos e garantir que o foco permaneça na disputa da narrativa hegemônica relacionada aos marcos históricos que

estruturam o imaginário político sul-coreano contemporâneo com relação ao Japão e Coreia do Norte.

4.1. Lee Myung-Bak (2008-2013)

Lee Myung-Bak foi presidente da Coreia do Sul entre os anos 2008 e 2013. Apesar de possuir menos dispositivos narrativos que antagonizam o Japão, apresentava um discurso que partilhava de ansiedades ontológicas comuns a outros líderes sul-coreanos, como será melhor evidenciado a partir dos próximos exemplos no capítulo. Observemos seu discurso proferido no dia 1 de Março de 2011, que anualmente é realizado em celebração ao movimento e em memória das vítimas da repressão imperial.

As armas e espadas brutais dos imperialistas japoneses, assim como os cascos ferozes de seus cavalos, foram enfrentados sem medo. Todos os coreanos, de ambos os sexos e de todas as idades — incluindo estudantes, camponeses, seguidores do *Cheondogyo*⁵, cristãos, budistas e confucionistas — uniram-se como um só povo e permaneceram lado a lado sob a bandeira da nação coreana (Embaixada da República da Coreia no Estado do Catar, 2011).

A partir do trecho acima, retirado do texto de seu discurso, pode-se observar o uso de termos como “imperialismo japonês”, e referências diretas à resistência contra a repressão aos militantes do Primeiro de Março. A menção a coreanos de ambos os gêneros, idades e ocupações/profissões é bastante presente a outros líderes, até mesmo progressistas, corrente política distinta de Lee, que se identificava como conservador. Essa referência direta à unidade coreana evoca uma identidade coletiva, em que coreanos de todas as regiões, desde o norte — Montanha *Baekdu*⁶ — ao sul — Montanha *Halla*⁷ —, lutaram pela liberdade e independência. A união de uma nação coreana contra a tirania imperialista é uma imagética bem presente no discurso de Lee, mesmo que assuma uma posição mais conservadora — menos antagonista contra o Japão e menos simpática com seus companheiros norte-coreanos

⁵ Cheondoísmo, ou Chondoísmo é uma religião panteísta coreana do século XX, baseada no movimento religioso *Donghak* do século XIX fundado por Choe Je-u.

⁶ A montanha *Baekdu*, também conhecida como Montanha Changbai, é uma montanha vulcânica localizada na fronteira da Coreia do Norte com a China.

⁷ A Montanha *Halla* (*Hallasan*) é a montanha mais alta da Coreia do Sul, localizada na Ilha de Jeju. É um vulcão em escudo adormecido que atinge 1.950 metros de altitude e abriga o Parque Nacional Hallasan, um importante ponto turístico e de valor geológico.

(Deacon, 2023, p. 1507). Esses são alguns aspectos iniciais que podemos utilizar para compreender a manutenção de uma narrativa hegemônica sul-coreana.

Exemplificando essa posição menos antagonista ao Japão, pode-se observar no discurso de Lee uma crença de que o Japão não é mais o grande inimigo de outrora, sendo este um ator de grande potencial no que diz respeito a um caminho mútuo em direção à paz e ao progresso, evitando a “prisão ao passado”. Isso se consolida claramente como uma abordagem menos acusatória se comparada ao discurso de Moon Jae-In, ainda que haja ressentimento histórico com relação à colonização. Na fala abaixo, é possível perceber a fé na cooperação por parte do Japão ao ser mencionado uma declaração feita por Naoto Kan, à época primeiro-ministro japonês:

Agora é o momento de o Japão agir com sinceridade e coerência em relação às declarações feitas pelo primeiro-ministro Naoto Kan em um pronunciamento especial no ano passado. Dessa forma, os dois países poderão avançar juntos rumo ao futuro, em vez de permanecerem presos ao passado (Embaixada da República da Coreia no Estado do Catar, 2011).

A menção ao norte, embora mais situada em um discurso conservador, é repetida no discurso. Em sua fala, o ex-presidente pede que a Coreia do Norte adote o que ele chama de “nova onda de paz e prosperidade no Nordeste Asiático”, e que abdique de suas ambições nucleares através do diálogo e cooperação. Ele declara que a Coreia do Sul está pronta e disposta para a realização de um diálogo com os norte-coreanos,

Conclamamos também a Coreia do Norte a se unir à nova onda de paz e prosperidade comum no Nordeste Asiático. Não há razão para que a Coreia do Sul não ajude nossos compatriotas do Norte, quando já auxilia tantos outros países. O Norte deve dar um passo à frente para um diálogo e uma cooperação sérios, abstendo-se de desenvolver armas nucleares e mísseis. (...) Agora é o momento oportuno para abrir um novo tipo de futuro na Península Coreana. A República está pronta para engajar-se em diálogo com o Norte a qualquer momento, com mente aberta (Embaixada da República da Coreia no Estado do Catar, 2011).

ao mesmo tempo que afirma que a única forma de atingir uma completa independência é através da reunificação:

A unificação pacífica é o caminho para completar a obra de independência e de sobrevivência nacional pela qual nossos antepassados aspiraram com tanto fervor há 92 anos. Uma única nação coreana e um território unificado tornar-se-ão um pilar central de sustentação da paz no mundo, assim como no Nordeste Asiático. Uma Coreia unificada promete ser um centro viável de prosperidade, conectando continentes e oceanos, o Oriente e o Ocidente, bem como o Norte e o Sul em escala global (Embaixada da República da Coreia no Estado do Catar, 2011).

Neste sentido, algumas coisas se demonstram interessantes. A primeira delas é a referência ao Japão: o uso de termos como “imperialismo japonês”, as menções à repressão imperial no Primeiro de Março e às lutas por independência indicam que existe ressentimento colonial no discurso de Lee Myung-Bak; ainda que exista esperança e crença nas instituições políticas japonesas. Em sua fala, o Japão não é um completo inimigo, e sim um país que cometeu erros no passado e que hoje parece disposto a fazer o que é certo. Sob esse aspecto, observa-se o tom menos acusatório e mais conciliador com relação ao Japão, enquanto a Coreia do Sul não é meramente uma vítima: é um país forte econômica e diplomaticamente para alcançar a prosperidade.

A mobilização da Coreia do Norte no discurso é um pouco diferente. Mesmo que assuma um tom bem menos simpático com relação aos norte-coreanos, Lee reconhece que a reunificação é a única maneira de se livrar das amarras coloniais que ainda ferem ao povo coreano. De acordo com o ex-presidente, no entanto, isso será possível apenas se a Coreia do Norte deixar de ser uma ameaça bélica e militar para o sul, revelando que sob seu governo a disposição para abraçar a Coreia do Norte é menos ampla. Aqui, surge algo interessante: os papéis históricos do Japão e Coreia do Norte para a Coreia do Sul se invertem. Se no passado, o Japão representava um inimigo, hoje assume um papel de aliado; se para a ROK, a Coreia do Norte era parte de si, hoje assume a função de inimiga.

O discurso evidencia o que pode ser considerado a narrativa hegemônica sul-coreana: a noção de que a Coreia do Sul passa por uma crise ontológica perpétua, de que constantemente tenta escapar, mas é impossibilitada por um grande trauma: a contradição entre sua ideia de nação e território nacional. Essa ansiedade cartográfica, causada por eventos históricos – especialmente a colonização japonesa e a Guerra da Coreia –, é constantemente mobilizada nos discursos de líderes políticos, sobretudo em eventos ligados a episódios específicos como o Dia da Liberação e Primeiro de Março. Ainda que conservadores e progressistas acionem dispositivos ontológicos distintos em seus discursos, a ideia de um só minjok e um ressentimento com relação ao Japão do passado persistem no imaginário popular.

Em síntese, o discurso de Lee Myung-bak revela um uso nitidamente estratégico de elementos narrativos centrais da memória sul-coreana, nos termos de Subotić (2013): ele ativa seletivamente dispositivos ligados ao trauma colonial – como o “imperialismo japonês”, a repressão ao Movimento Primeiro de Março e a imagética da resistência nacional – com o objetivo de reafirmar a unidade do minjok e ancorar sua legitimidade política numa narrativa hegemônica amplamente compartilhada. Ao mesmo tempo, porém, ele desativa o potencial

acusatório desse passado ao enquadrar o Japão não como “inimigo estrutural”, mas como parceiro disposto a avançar “além do passado”, deslocando parte do ressentimento histórico e abrindo espaço para um discurso mais conciliatório. Em contraste, ativa a narrativa da ameaça existencial representada pela Coreia do Norte, mobilizando dispositivos associados à Guerra da Coreia e à lógica da divisão peninsular para justificar a necessidade de diálogo condicionado, desnuclearização e vigilância securitária. Assim, Lee reorganiza o repertório narrativo: o Japão colonial é evocado como passado superável, enquanto a Coreia do Norte converte-se no “*outro*” principal, mesmo sendo parte do mesmo minjok cuja reunificação é apresentada como destino histórico. Essa recombinação evidencia como líderes sul-coreanos acionam e suspendem narrativas conforme interesses contemporâneos, reafirmando a função performativa da memória na produção de identidades e políticas externas.

4.2. Moon Jae-In (2017-2022)

Essa narrativa se faz presente ainda mais fortemente em discursos de líderes progressistas como Moon Jae-In, por exemplo. Moon Jae-In foi presidente da Coreia do Sul entre os anos 2017-2022, e ao longo de seu mandato, constantemente antagonizou o Japão em suas declarações públicas. Para entender melhor como esse antagonismo se expressa no discurso de líderes políticos sul-coreanos como Moon, podemos utilizar como exemplo no seu Primeiro Dia da Liberação como presidente ainda no ano de 2017, evento que marcou o 72^a aniversário do fim de 35 anos da anexação japonesa no dia 15 de agosto do ano de 1945. Em sua declaração oficial, Moon Jae-In salientou o elemento da soberania nacional, que, para ele, foi o elemento ideológico do movimento pela independência coreana e que, ao contrário do que se pode pensar, não foi tirada do povo coreano mediante o dia de “*Humilhação Nacional de 1910*”⁸. Na verdade, segundo Moon, ela fez nascer uma *soberania popular*.

Cem anos atrás, em julho de 1917, a Declaração de Grande Unidade e Solidariedade, anunciada em Xangai por 14 ativistas da independência, deixou claro que a soberania popular era a ideologia central do movimento de independência. O documento declarava que o Dia da Humilhação Nacional, em 1910 – quando foi assinado o Tratado de Anexação Japão-Coreia –, não foi o dia em que a soberania nacional foi perdida, mas sim o dia em que a soberania popular nasceu. A Declaração afirmava, pela primeira vez, que um governo

⁸ O “Dia da Humilhação Nacional” na Coreia refere-se a 29 de agosto de 1910, data em que o Tratado de Anexação Japão-Coreia foi oficialmente proclamado, marcando o início dos 35 anos de domínio colonial japonês sobre a Coreia. Os coreanos consideram esse evento uma profunda humilhação nacional, um período de ocupação forçada e de perda da soberania do país.

provisório deveria ser fundado com base na soberania popular. (Ministério das Relações Exteriores, 2017).

No discurso, o ex-presidente ainda mencionou a força do povo coreano na luta contra a ocupação, salientando que a liberação não foi dada como presente, e sim conquistada por todos aqueles que, mesmo sendo privados de tudo – Moon chega a mencionar até mesmo polpíticas de assimilação cultural, como por exemplo a *sōshi-kaimei* ou *Changssi Gaemyeong* (mudança de nomes coreanos para japoneses) e da proibição da língua coreana:

A libertação não foi algo que simplesmente nos foi concedido. Foi algo reconquistado pelos nossos 30 milhões de antepassados, que mantiveram acesa a chama da liberdade e da independência mesmo quando foram privados de tudo — até mesmo de seus nomes coreanos. Além daqueles que deram suas vidas pela independência autônoma da nação, as mães que remendavam as roupas dos filhos que partiam para o movimento de independência, os professores que ensinavam coreano secretamente em escolas noturnas para não serem descobertos pelos imperialistas japoneses e aqueles que preservaram nossas tradições e contribuíram com pequenas quantias de dinheiro são todos protagonistas da libertação (Ministério das Relações Exteriores, 2017).

Moon Jae-In, que adota uma abordagem mais acusatória contra o Japão e que valoriza os movimentos pela independência da Coreia, ainda se refere diretamente àqueles que lutaram e a suas famílias em diversos trechos, como por exemplo este abaixo:

Havia tantos ativistas da independência a serem lembrados: o Dr. Lee Tae-joon, que foi membro do Corpo Heróico e erradicou uma doença contagiosa na Mongólia; o repórter do *Dong-a Ilbo*⁹ Jang Deok-jun, que desapareceu enquanto cobria o Massacre de Gando¹⁰; a “mãe do Exército da Independência”, Nam Ja-hyeon, que lutou em uma organização armada pela independência em Gando; o cientista Kim Yong-gwan, que buscava promover a ciência para fortalecer o poder nacional; e o cineasta Na Woon-gyu, que também foi membro do Exército da Independência (Ministério das Relações Exteriores, 2017).

Ao citar explicitamente líderes proeminentes dos movimentos de resistência – provenientes de diferentes áreas de atuação, como o jornalismo, a ciência e o cinema – e ao destacar a ausência de distinções entre “profissão, gênero e idade”, Moon expressa o ideal de união nacional frente a uma chaga coletiva: a colonização japonesa. Essa evocação de figuras

⁹ *Dong-A Ilbo* é um jornal publicado na Coreia desde o ano de 1920. O *Dong-a Ilbo* foi importante para a independência da Coreia porque atuou como uma voz do movimento independentista durante o domínio colonial japonês, defendendo os direitos e o espírito coreanos por meio de suas reportagens. O jornal enfrentou inúmeras suspensões e censuras por parte das autoridades japonesas devido ao seu conteúdo pró-independência, mas continuou a promover sentimentos nacionalistas, a criticar as políticas coloniais e a inspirar a resistência.

¹⁰ O massacre de Gando foi um assassinato em massa cometido pelos militares japoneses contra os residentes coreanos de Gando. O massacre ocorreu durante um período de três semanas a partir de outubro de 1920.

diversas, unidas por um propósito comum, reforça a narrativa de um povo que, apesar da fragmentação social e das hierarquias impostas pelo regime colonial, encontrou na luta pela soberania uma identidade compartilhada. Ao dissolver fronteiras simbólicas entre os campos da arte, da ciência e da política, Moon sugere que a resistência ultrapassou as estruturas formais de poder, tornando-se um movimento orgânico e abrangente. Assim, o discurso assume não apenas um caráter histórico, mas também pedagógico e memorial, convocando a lembrança como instrumento de coesão e reafirmação nacional.

É a partir desses elementos iniciais que se pode começar a tentar compreender a forma como no discurso, vê-se a condição do Japão e, mais posteriormente, da Coreia do Norte. Em seu discurso, Moon não é econômico em termos sobre o Japão: utilizando-se de menções aos “*imperialistas japoneses*” em contraste com os “*guerreiros pela independência*”, Moon salientou a importância de não se esquecer da história, tendo em vista que “*se esquecer da própria história significa perder as próprias origens*”. A referência direta aos imperialistas e o apoio encontrado por eles nos grupos colaboradores pró-Japão é feita com bastante ressentimento, e tratada como um empecilho para se recuperar o “*espírito nacional*”:

Falhamos em eliminar adequadamente os vestígios do imperialismo japonês e dos colaboradores pró-Japão. Falhamos em sustentar com firmeza o espírito nacional. Esquecer a própria história é o mesmo que perder as próprias raízes. Não devemos mais deixar que nossos ativistas da independência permaneçam como heróis esquecidos. Honrá-los não deve se limitar a palavras vazias (Ministério das Relações Exteriores, 2017).

Considerar a colonização japonesa como parte do problema para a recuperação do espírito nacional coreano se relaciona diretamente com a forma como Moon mobiliza a narrativa em torno da Coreia do Norte – e a fragmentação das Coreias. É a este elemento em específico que se refere o ex-presidente mais adiante no discurso: “*A divisão da nação é o legado infeliz da era colonial, que nos impediu de determinar nosso próprio destino*” (Ministry of Foreign Affairs, 2017). A força desta declaração se revela ao retomarmos a crise ontológica perpétua analisada por Deacon: a partir dessa fala, compreende-se que a divisão da nação — é importante ressaltar o uso do termo “nação” para se referir às duas Coreias — foi promovida pelos imperialistas japoneses, consolidando-se como um legado direto da violência colonial na península. Esse processo silenciou as vozes dos próprios coreanos durante a partilha, evidenciando que eles claramente não concordavam com a divisão. Sob esse aspecto, pode-se entender a separação das Coreias como motivo de grande ansiedade na Coreia do Sul hoje, consolidando o que Deacon chama de “crise ontológica perpétua”.

A menção de Moon aos esforços que se têm feito hoje para a reunificação é o que ilustra a grandiosidade desta temática para a forma como os sul-coreanos entendem a si mesmos e, obviamente, como engajam em relações com o Japão. É como ele declara logo em seguida:

No entanto, o poder nacional da Coreia agora foi fortalecido a ponto de podermos decidir nosso destino por nossa própria vontade. Nós, com nossa própria força, precisamos alcançar a paz na Península Coreana e superar a divisão. É desnecessário dizer que a Península Coreana pede por paz. A superação da divisão por meio do estabelecimento da paz na Península Coreana é o caminho para a verdadeira conclusão da libertação nacional. A paz também é uma estratégia urgentemente necessária para a nossa sobrevivência. Segurança, economia, crescimento e prosperidade não podem garantir um futuro promissor na ausência da paz. A paz não é um tema que nos diz respeito apenas. Se não houver paz na Península Coreana, não haverá paz no Nordeste Asiático; se não houver paz no Nordeste Asiático, a paz mundial não será possível (Ministério das Relações Exteriores, 2017).

Essas palavras nos revelam alguns aspectos interessantes. Em primeiro lugar, vale a pena ressaltar a maneira como o ex-presidente mobiliza a imagem da própria Coreia do Sul no discurso: de início, uma nação que foi vitimizada pelos empreendimentos coloniais japoneses, tendo uma parte – a Coreia do Norte – expropriada de si. Agora, em contraste, uma Coreia do Sul fortemente desenvolvida, com poder de ação capaz de remediar os danos causados pelo seu trágico destino, decidido na ausência de sua voz. A busca pela paz – não só para a Coreia, mas para todo o leste-asiático, está à mercê de um detalhe: a reunificação. Com isso, temos um primeiro vislumbre da narrativa hegemônica da Coreia do Sul: um país vitimizado pelo Japão, que teve parte de si arrebatada, e que hoje busca por maneiras de solucionar tais problemas – e alcançar a segurança ontológica.

O discurso de Moon Jae-in por sua vez evidencia uma mobilização muito mais confrontativa e expansiva do repertório narrativo sul-coreano, ativando de forma intensa os elementos ligados à colonização japonesa, à repressão cultural e à luta pela soberania popular. Em termos do construtivismo estratégico de Subotic (2013), Moon ativa ao máximo a narrativa do trauma colonial – evocando o “imperialismo japonês”, mencionando de maneira direta políticas de assimilação cultural como a *sōshi-kaimei*, a proibição da língua coreana e a resistência popular – para produzir uma memória coletiva que reforça a imagem da Coreia do Sul como vítima histórica e herdeira legítima de um projeto nacional interrompido. Simultaneamente, ativa a narrativa da divisão das Coreias como legado direto da violência colonial, transformando a fragmentação territorial em prova material da crise ontológica descrita por Deacon. Por outro lado, Moon desativa completamente qualquer possibilidade de

enquadrar o Japão como parceiro ou ator disposto à reconciliação, diferentemente de Lee Myung-Bak; ao invés disso, amplifica a ideia de que a falta de expiação japonesa impede a plena recuperação do “espírito nacional”. Em paralelo, ativa a Coreia do Norte não como ameaça principal, mas como parte amputada do mesmo minjok, cuja reunificação é apresentada como missão histórica e condição essencial para restaurar a autonomia nacional perdida. Assim, Moon reorganiza os elementos narrativos de forma a produzir um quadro no qual o Japão permanece como “outro histórico irredimido”, a divisão peninsular como ferida colonial ainda aberta e a reunificação como passo decisivo para recuperar a segurança ontológica.

4.3. Yoon Suk-Yeol (2022-2025)

A disputa da narrativa hegemônica verificada no discurso e a maneira como a Coreia do Sul decide se engajar com relação ao Japão e à Coreia do Norte estão situadas num terreno de constante disputa, e equivoca-se aquele que acredita que estas compõem um quadro monolítico e imutável. O melhor exemplo para demonstrar esta particularidade no caso sul-coreano é o ex-presidente Yoon Suk-Yeol, conservador que governou o país entre 2022-2025, até sofrer um *impeachment* em dezembro de 2024 após decretar a lei marcial alegando que o país enfrentava uma grave ameaça à ordem pública e à segurança nacional. Segundo ele, forças “anti-Estado”, supostamente ligadas à Coreia do Norte, estariam tentando desestabilizar o governo e sabotar o funcionamento das instituições. Entretanto, como apontou a BBC News (2025), a medida foi amplamente interpretada como uma reação desesperada diante da crise política que tomava conta de seu mandato, marcada por bloqueios legislativos e pela perda de apoio popular. O parlamento sul-coreano, dominado pela oposição, vinha impedindo a aprovação de projetos centrais do governo, o que levou Yoon a acusar os deputados de conspirar contra o Estado e de agir como uma “força criminoso” (BBC News, 2025).

Além do conflito com o Legislativo, o governo de Yoon Suk-yeol enfrentava escândalos de corrupção e abuso de poder envolvendo o presidente e sua esposa, o que agravou sua crise de legitimidade e isolamento político. Após decretar a lei marcial, mobilizando tropas e restringindo o acesso à Assembleia Nacional, Yoon foi acusado de tentar concentrar poder e sufocar o parlamento — medida que carecia de base legal, pois não havia uma emergência nacional que justificasse intervenção militar (BBC News, 2025). A Assembleia Nacional aprovou seu *impeachment* por violação constitucional e abuso de

autoridade, levando à suspensão imediata de suas funções e à nomeação do primeiro-ministro Han Duck-soo como interino. Em abril de 2025, a Corte Constitucional confirmou por unanimidade a destituição, classificando o decreto como inconstitucional e antidemocrático.

Observa-se, deste modo, que as identidades políticas se estabilizam não pela eliminação da diferença, mas pela sua gestão discursiva. Nesse sentido, a política externa sul-coreana sob Yoon Suk-Yeol reflete uma tentativa de redefinir os termos dessa gestão: o “Outro” japonês é reabilitado e reinscrito no campo da amizade e da cooperação, enquanto o “Outro” norte-coreano é radicalizado como ameaça existencial. Essa reordenação dos papéis alteritários não significa um total abandono do passado, mas a reconfiguração de suas funções narrativas — uma operação de deslocamento discursivo que revela um certo potencial de transformação, segundo o qual o mesmo “*outro*” pode ocupar posições distintas na construção do “*eu*”, dependendo das contingências políticas e das estratégias de legitimação internas.

Essa crise política doméstica vivida pela Coreia do Sul revela aspectos interessantes sobre seu posicionamento com relação aos seus “outros”, especialmente no que diz respeito a essas representações no discurso do ex-presidente. O agravamento das tensões políticas, aliado à polarização interna e à constante apreensão em relação ao Japão e à Coreia do Norte, evidencia uma mudança de tom não apenas entre líderes de diferentes espectros políticos, mas também nos discursos de um mesmo líder ao longo de seu mandato. Esse fenômeno se manifesta claramente no caso de Yoon Suk-Yeol, cujo tom discursivo apresenta variações significativas ao longo de seu mandato. Como será detalhado nos próximos parágrafos, é possível observar que, em termos comparativos, sua linguagem e postura assumem um caráter distinto no início do governo em relação aos discursos proferidos mais à frente. Para ilustrar essa mudança de forma mais concreta, serão analisadas duas declarações emblemáticas: a primeira, proferida no Dia da Liberação, em 2022, e a segunda, no Primeiro de Março, em 2025. Essas manifestações permitem avaliar não apenas a evolução de seu estilo retórico, mas também as transformações no tom político e na forma como o presidente se posiciona diante de temas internos e externos diante da disputa da narrativa hegemônica sul-coreana sobre o Japão e a Coreia do Norte.

Em seu primeiro Dia da Liberação, proferido em 15 de agosto de 2022, Yoon Suk-Yeol fez uma declaração marcada por uma abordagem que conciliava reconhecimento histórico e pragmatismo diplomático contemporâneo. Diferentemente de ex-presidentes como Moon Jae-In e até mesmo de colegas conservadores como Lee Myung-Bak, Yoon adotou um tom consideravelmente mais ameno em relação ao Japão, reconhecendo os malefícios da

colonização imperialista japonesa e a importância dos ativistas pela independência, mas estabelecendo claramente uma distinção entre o passado e o presente. Em suas palavras:

Durante o período colonial, nosso povo enfrentou enormes dificuldades, e muitos deram suas vidas pela independência. Hoje, entretanto, Japão e Coreia do Sul são parceiros que enfrentam juntos desafios comuns na região (Consulado Geral da República da Coreia em Hong Kong).

A menção aos imperialistas japoneses e a alusão aos militantes pela independência, mesmo que não diretamente – a partir de referências diretas a seus nomes – como em discursos anteriores, indica um reconhecimento dos malefícios causados pela colonização e até mesmo da histórica hostilidade japonesa com relação à Coreia, mas o constante uso do contraste entre história e presente revela uma clara tentativa de Yoon no sentido de mover a imagem de um Japão inimigo no passado e um aliado no presente. Essa aliança, por sua vez, faz-se diante de ameaças colocadas por Yoon como capazes de afetar profunda e reciprocamente ambos os países; neste caso, a Coreia do Norte.

Em suas menções à Coreia do Norte, Yoon não faz em nenhum momento alusão à necessidade de reunificação. Se esta era uma temática trazida tanto por conservadores, quanto por progressistas, neste discurso em específico ela é inexistente. As referências à Coreia do Norte descrevem políticas com o intuito de melhorar as condições de vida dos norte-coreanos, mas ao mesmo tempo em que Yoon se mantém muito pragmático com relação ao Japão, a Coreia do Norte é bastante antagonizada: o Japão é colocado como o principal aliado diante da ameaça do norte, e essa união seria baseada, segundo Yoon, em valores universais partilhados:

No passado, tivemos de nos libertar do controle político imposto pelo Japão imperial para que pudéssemos recuperar e defender nossa liberdade. Hoje, o Japão é nosso parceiro na luta contra ameaças comuns que desafiam a liberdade dos cidadãos globais. Quando as relações entre Coreia e Japão avançarem rumo a um futuro comum e quando a missão de nosso tempo estiver alinhada, com base em nossos valores universais compartilhados, isso também nos ajudará a resolver os problemas históricos que existem entre nossos dois países (Consulado Geral da República da Coreia em Hong Kong).

Se a reunificação das Coreias era mobilizada nos discursos anteriores como essencial para a busca pela paz e estabilidade sul-coreana e até mesmo para a otimização das relações bilaterais entre Japão e Coreia do Sul, aqui, esse objetivo muda de figura. No discurso de Yoon, a busca pela paz e estabilidade está muito mais na superação das adversidades

históricas e na aproximação com o Japão, principalmente no que ele classifica como uma luta contra o totalitarismo e a erosão da liberdade.

Mesmo diante dessas claras mudanças, o início do mandato, ao menos discursivamente, parece manter alguns resquícios das administrações anteriores – e, portanto, do que parece ser a narrativa hegemônica sul-coreana. O reconhecimento das crueldades dos imperialistas, ao que Yoon se refere mais ao final do discurso, quando menciona: “tempos sombrios, em que ninguém acreditava existir um futuro” nos revelam que ainda há indícios dessa narrativa, apesar de haver um belo contraste com relação a discursos anteriores no engajamento com a figura do Japão e Coreia do Norte. Se antes o Japão era mobilizado como um claro antagonista na história da Coreia do Sul, aqui é um potencial e claro aliado na luta contra o comunismo e o totalitarismo militar norte-coreano, ao passo que a reunificação é posta de lado. O discurso marca o que talvez possa ser considerado uma radicalização dos dispositivos narrativos na Coreia do Sul.

Em seu discurso proferido em comemoração ao movimento do Primeiro de Março em 2024, essa radicalização do discurso se torna ainda mais marcante. Em um momento bem mais tardio de seu mandato, nesse discurso o ex-presidente parece rumar bem mais à direita ao assumir um tom bastante conservador enquanto mobiliza atores como Japão e Coreia do Norte. Essa mudança de abordagem – melhor, o fortalecimento de uma abordagem já existente em seus discursos – reflete não apenas a disputa da narrativa hegemônica através da manipulação de dispositivos discursivos, mas também a crise política vivida por sua administração naquele momento.

É importante salientar o curto intervalo temporal entre o discurso do Dia Primeiro de Março e a aprovação de seu *impeachment*. O pronunciamento foi realizado, como é de se esperar, em 1º de março de 2024, enquanto o *impeachment* foi aprovado em 4 de abril de 2025 — um espaço de pouco mais de um ano. A partir de uma leitura crítica do conjunto de eventos — a escalada dos escândalos e das investigações que corroeram a legitimidade do governo, a intensificação da polarização interna e a subsequente declaração de lei marcial — é possível traçar um nexos plausível entre o desgaste político de Yoon Suk-Yeol e a mudança sensível no sua retórica: de um discurso inicial mais institucional e orientado ao restabelecimento de parcerias estratégicas, para um tom progressivamente mais incisivo, polarizado e apelativo. Essa transformação discursiva deve ser lida em dupla chave: (a) como estratégia de sobrevivência política diante de um calendário jurídico-institucional adverso (investigações, pressões parlamentares e risco real de *impeachment*); e (b) como manobra para

realinhar sua base eleitoral, capitalizando simpatias geopolíticas e fragmentos do eleitorado conservador.

É importante notar que seu discurso do Primeiro de Março de 2024 foi proferido enquanto vivia esse *frenesi* político, e alguns trechos são especialmente interessantes. Partindo do que é mobilizado com relação ao Japão, pode-se perceber que este representa para a Coreia do Sul mais que um parceiro, e sim um amigo com quem partilha de “compreensão e empatia” mútuas, um potencial aliado na guerra moral contra o totalitarismo comunista e às ameaças à liberdade:

A Proclamação de Independência da Coreia de 1919 deixou claro para o Japão que nossa independência seria um caminho para a prosperidade de ambos os países e que deveríamos abrir um “novo mundo” sobre a base de compreensão e empatia mútuas. Hoje, Coreia e Japão estão trabalhando juntos para superar o passado doloroso e avançando rumo a esse “novo mundo” (Ministério de Relações Exteriores, 2024).

Trata-se de uma mudança interessante, ainda mais se analisarmos adiante em seu discurso a relação que se constrói entre a possibilidade de uma relação mais próxima do Japão e o embate ideológico com a Coreia do Norte. Nas palavras do ex-presidente:

Compartilhando os valores de liberdade, direitos humanos e Estado de Direito, nossos dois países tornaram-se parceiros na busca por interesses comuns voltados à paz e à prosperidade globais. A cooperação em segurança entre os dois países contra as ameaças nucleares e de mísseis da Coreia do Norte foi ainda mais fortalecida. Coreia e Japão estão construindo uma parceria mais próxima nos setores de indústria, finanças e tecnologias de ponta, e 9,28 milhões de pessoas viajaram de um país para o outro no ano passado (Ministério de Relações Exteriores, 2024).

Com base no discurso de Yoon Suk-yeol, observa-se uma clara transformação na representação do Japão: de um “outro” inimigo histórico, herdeiro da colonização imperial, para um aliado estratégico e parceiro próximo da Coreia do Sul na construção de um futuro comum. Enquanto o passado é lembrado pelo conflito e pela opressão, o presente é marcado por cooperação em segurança, economia e tecnologia, consolidando uma narrativa de parceria que transcende a mera conveniência diplomática. A Coreia do Norte, por sua vez, é construída como uma ameaça militar e ideológica, reforçando a necessidade de alinhamento entre Seul e Tóquio, que compartilham valores morais e princípios democráticos semelhantes. A retórica de Yoon não se limita a discursos institucionais: ao mencionar que 9,28 milhões de pessoas viajaram entre os dois países no ano anterior, ele evoca uma imagética de amizade e proximidade, transformando a cooperação em algo tangível e cotidiano, capaz de humanizar e

suavizar a relação bilateral, reforçando a ideia de que Japão e Coreia do Sul estão “andando juntos” rumo a um novo horizonte de prosperidade e segurança compartilhada. A própria ideia de “juntos (Japão e Coreia do Sul), resolver desafios que a história nos deixou” é uma forma de destituir a agência do Japão nesses problemas, negando as consequências da violência colonial japonesa e de sua influência imperialista no século XX para as ansiedades dos sul-coreanos:

Se Coreia e Japão construírem confiança por meio de intercâmbios e cooperação mútuos e trabalharem juntos para resolver os desafios difíceis que a história nos deixou, seremos capazes de inaugurar um futuro novo e mais promissor para nossas relações bilaterais (Ministério de Relações Exteriores, 2024).

A estratégia discursiva utilizada por Yoon, de uma história que possui autonomia e poder de agência suficientes para criar desafios difíceis por si mesma, é um grande contraste ao analisarmos o papel assumido pela Coreia do Norte no discurso. Em comparação aos discursos dos outros líderes, Yoon Suk-Yeol aqui apresenta uma ideia de um Norte consideravelmente mais ameaçador, representando assim o grande empecilho para que seja possível alcançar a paz no leste-asiático. Apesar de trazer a ideia da reunificação, seu discurso é bem mais agressivo em explicitar que isso será possível caso haja uma cooperação mútua entre Coreia do Sul e Japão para suprimir a tirania e o autoritarismo do Norte. Nas palavras do ex-presidente:

Agora, devemos avançar rumo a uma Península Coreana livre e unificada, na qual o povo seja o legítimo detentor de seus direitos. A Coreia do Norte ainda mantém seu sistema totalitário e regime repressivo, incapaz de escapar das piores formas de degradação e pobreza. O regime norte-coreano apoia-se exclusivamente em armas nucleares e mísseis, ao mesmo tempo em que aprisiona seus 26 milhões de cidadãos em miséria e desespero. Recentemente, a Coreia do Norte classificou a República da Coreia como seu principal inimigo e adversário, o que é verdadeiramente lamentável. A unificação não é apenas uma questão restrita à Península Coreana: a tirania e as violações de direitos humanos por parte do regime norte-coreano negam os valores universais da humanidade. A unificação é exatamente o que se faz necessário para expandir os valores universais de liberdade e direitos humanos (Ministério de Relações Exteriores, 2024).

Em alguns aspectos, a retórica de Yoon converge com a dos líderes trabalhados anteriormente: há o reconhecimento dos malefícios da colonização japonesa e traz-se a urgência da reunificação; no entanto, o Japão é posto como um amigo e companheiro na luta contra um mal maior: a ameaça do Norte sobre os princípios universais da liberdade a nível global. Portanto, ainda que sejam preservados elementos de administrações anteriores e que

compõem o quadro da narrativa hegemônica sul-coreana sobre seus “outros”, pode-se perceber uma clara radicalização de tom, ao passo que também existe um certo revisionismo histórico: diante do contexto de constante ameaça do Norte, faz-se necessário “superar” o passado em prol de uma coalizão que esteja preparada para tal. O antagonismo da Coreia do Norte, no discurso, aparece muito mais enfatizada se comparado ao Japão, e isso tem a ver com a temporalidade: o Japão de fato representou um desafio para a Coreia do passado, mas no presente, a escalada das ambições nucleares do Norte e potencial ofensivas contra o Sul possuem mais impacto que a memória histórica. A ideia de uma Coreia do Sul e Japão – além dos Estados Unidos, como colocado no discurso – unidas, em coalizão contra as reais ameaças que assolam a humanidade, exemplifica a disputa da narrativa hegemônica.

Este é um elemento que, apesar de ser bem forte ao final do mandato de Yoon, não é exclusividade dele: pode-se observar uma retórica parecida em seu discurso em comemoração ao Primeiro de Março em 2023. Embora consideravelmente mais curto que o discurso de 2024, há alguns aspectos interessantes a serem analisados. O primeiro deles é a ausência de qualquer menção às práticas de assimilação cultural e violência colonial do império japonês à época, assim como a inexistência de referências diretas aos militantes pela independência durante a ocupação. Na verdade, apesar de valorizar elementos como a própria independência, liberdade e soberania que foram suprimidos à época da colonização, Yoon afirma que a perda da soberania nacional que marcou esse período sombrio da história coreana foi consequência da falta de preparo da própria Coreia em se preparar para as mudanças globais:

Foi um dia histórico, no qual nosso povo mostrou ao mundo inteiro o quanto ansiava por mudanças; o movimento representou a materialização da visão de um novo mundo que eles sonhavam. Hoje, 104 anos depois, devemos olhar para trás e recordar aquele período em que perdemos nossa soberania nacional — um tempo em que nosso povo sofreu porque não conseguimos nos preparar adequadamente para um mundo em transformação (Ministério de Relações Exteriores, 2024).

Logo em seguida, o discurso volta-se para a construção de um inimigo comum – a Coreia do Norte – como forma de exemplificar aquilo que, em sua visão, está efetivamente em jogo.

Devemos unir nossa sabedoria para buscar maneiras de superar as crises que enfrentamos: a policrise global; as ameaças nucleares da Coreia do Norte e o ambiente de segurança severo; além de uma sociedade cada vez mais fragmentada e polarizada. Se não conseguirmos interpretar as tendências em transformação da história mundial e não nos prepararmos adequadamente para o futuro, é evidente que as desventuras do passado se repetirão (Ministério de Relações Exteriores, 2024).

A partir dessa formulação, Yoon Suk-Yeol opera um deslocamento estratégico na memória histórica sul-coreana. Ao sugerir que a perda de soberania no início do século XX decorreu de uma incapacidade coletiva de adaptação às mudanças internacionais, ele desresponsabiliza o colonizador e concentra a causalidade no próprio povo coreano. Tal narrativa, ainda que sutil, constitui um revisionismo histórico que se alinha à sua agenda política, marcada pelo esforço de minimizar tensões com o Japão – hoje apresentado como aliado. Simultaneamente, ao inserir a ascensão nuclear norte-coreana dentro de um quadro de “policrise global”, o ex-presidente reforça uma retórica de urgência existencial, buscando produzir um senso de vulnerabilidade compartilhada. Trata-se de uma tática discursiva que visa mobilizar emocionalmente a sociedade ao redor de uma ameaça externa, e que pode estar associada ao desgaste político interno naquele momento de seu governo. Insinua-se, portanto, que não apoiar sua liderança equivaleria a permitir que os erros do passado se repetissem, com novo risco à soberania nacional.

Além disso, a opção por silenciar o Japão enquanto agente histórico da dominação coreana não se constitui apenas como omissão, mas como reconfiguração simbólica: aquele que antes figurava como o “Outro” imperial inimigo é agora reposicionado como parceiro indispensável contra um adversário maior. O discurso, assim, cria um alinhamento moral e estratégico entre Seul e Tóquio e, ao mesmo tempo, demoniza Pyongyang como obstáculo ao progresso e à liberdade do povo coreano. Essa manobra discursiva torna-se ainda mais significativa quando observamos a maneira como o Japão será mobilizado nos trechos subsequentes do discurso – não mais como causador de um trauma histórico, mas como figura de cooperação e destino comum:

(...) O Japão transformou-se de um agressor militarista do passado em um parceiro que compartilha conosco os mesmos valores universais. Hoje, Coreia e Japão cooperam em questões de segurança e economia. Também trabalhamos juntos para enfrentar desafios globais. Em particular, a cooperação trilateral entre a República da Coreia, os Estados Unidos e o Japão tornou-se mais importante do que nunca para superar crises de segurança, incluindo as crescentes ameaças nucleares da Coreia do Norte e a policrise global. Devemos nos manter solidários com países que compartilham valores universais a fim de contribuir para a promoção da liberdade dos cidadãos globais e da prosperidade comum de toda a humanidade (Ministério de Relações Exteriores, 2024).

Neste trecho, observa-se um reordenamento da hierarquia de alteridades históricas: o Japão, antes responsável pela violência colonial e pela negação da soberania coreana, é agora reconstruído como parceiro civilizacional. Yoon opera essa transformação mediante a

evocação de “valores universais”, tais como liberdade, direitos humanos e prosperidade — um enquadramento discursivo que desloca o foco do passado traumático para um futuro de convergência estratégica.

A inclusão explícita dos Estados Unidos como mediador e pilar da cooperação regional reforça um eixo geopolítico alinhado ao Indo-Pacífico, com a Coreia do Norte como ameaça central. A narrativa é estruturalmente binária:

Tabela 4: evolução alteritária com Japão e Coreia do Norte ao longo do tempo (Yoon Suk-Yeol)

Antes	Agora
Japão → inimigo, opressor colonial	Japão → aliado, parceiro democrático
Coreia do Norte → irmão distante (retórica da reunificação)	Coreia do Norte → inimigo ideológico e militar

Fonte: elaboração própria.

Essa arquitetura discursiva legitima a aproximação diplomática com Tóquio e sustenta um posicionamento conservador e securitizado da política externa. Além disso, ao universalizar as alianças sob os princípios da “liberdade” e dos “valores globais”, Yoon marginaliza alternativas discursivas – especialmente aquelas que defendem a reunificação coreana sob bases de reconciliação e soberania histórica, comuns em governos anteriores. Ao fazer do Japão um aliado moral e da Coreia do Norte uma ameaça civilizacional, o presidente cria um enquadramento que normaliza o esquecimento do colonialismo e da violência histórica, reposicionando o passado como mero obstáculo a ser superado em prol da segurança coletiva. A memória colonial se transforma, assim, em moeda diplomática – algo politicamente oportuno em meio ao desgaste interno de sua administração.

A comparação entre os dois discursos evidencia como a política externa e identitária da Coreia do Sul se tornou um campo de disputa pela hegemonia narrativa sobre quem são os “Outros” que compõem e ameaçam a nação. Se historicamente o Japão figurava como opressor colonial e a Coreia do Norte como um “irmão” a ser reunificado, a retórica de Yoon Suk-Yeol reposiciona esses papéis: o Japão é reabilitado como aliado civilizacional, enquanto o Norte é radicalmente antagonizado como inimigo existencial. Essa reconfiguração discursiva, mais polarizada e confrontativa, reflete não apenas a crise política doméstica, o desgaste de sua legitimidade e as acusações que marcaram seu governo, mas também o clima

global de radicalização conservadora, em que a vilanização de atores externos se torna estratégia para mobilizar apoios internos e ofuscar conflitos nacionais. Observa-se, portanto, uma retórica mais agressiva na disputa por sentidos da memória, da segurança e da identidade coreana.

Ao observar a trajetória discursiva de Yoon Suk-yeol, nota-se que seus elementos narrativos são mobilizados de forma crescentemente estratégica e tensionada, acompanhando a própria escalada de sua crise política doméstica. No início do mandato, Yoon buscou reconfigurar a narrativa hegemônica ao reposicionar o Japão: reconhecia o trauma colonial, mas o enquadrava como passado superado, permitindo reinscrever Tóquio no campo da cooperação baseada em “valores universais” – um deslocamento que suavizava a agência japonesa e produzia um futuro comum ancorado na ideia de parceria democrática. Simultaneamente, a Coreia do Norte era ativada como ameaça objetiva, justificando o realinhamento diplomático e o fortalecimento da tríade Coreia–EUA–Japão. No entanto, conforme as investigações, escândalos e confrontos com o Parlamento corroíam sua legitimidade, Yoon passou a acionar essas narrativas de modo mais polarizado e revisionista: a colonização japonesa é progressivamente esvaziada ou reinterpretada, enquanto o Norte é inflado ao nível de inimigo civilizacional, responsável não apenas por ameaças regionais, mas por ferir os “valores da humanidade”. Esse endurecimento discursivo funciona como mecanismo de sobrevivência política – uma tentativa de deslocar o eixo da crise do plano interno para o externo, mobilizando medo, urgência e antagonismos morais. Assim, quando decreta lei marcial e acusa “forças anti-Estado” de conspirarem contra a ordem, Yoon já havia preparado discursivamente o terreno: havia construído um imaginário no qual inimigos internos e externos se confundiam, e no qual a preservação de seu governo aparecia como condição para a segurança nacional. Dessa forma, os elementos narrativos mobilizados ao longo de seu mandato não apenas refletem a disputa pela narrativa hegemônica, mas revelam como essa disputa foi sendo gradualmente radicalizada pelo avanço da crise política que culminou em seu impeachment.

4.4. Lee Jae-Myung (2025-)

Essa disputa sobre a narrativa hegemônica continua em aberto e se torna ainda mais evidente com a ascensão de uma administração subsequente de perfil mais progressista, cuja visão sobre aliados, inimigos e sobre o próprio lugar da Coreia no mundo contrasta fortemente com a de Yoon, revelando que o debate sobre quem define a nação segue em curso

e será aprofundado na análise adiante. É o caso de Lee Jae-Myung, que assumiu a presidência após as eleições que sucederam o *impeachment* de Yoon Suk-Yeol. Lee, que é famoso por assumir uma posição anti-EUA, pró-China e pró-RPDC, já fez declarações em que mencionou o Japão como um “país hostil” (Li, 2025).

Diante desta drástica mudança de tom na retórica, faz-se importante observar como o atual presidente mobiliza Japão e Coreia do Norte no discurso. Por ter assumido no dia 4 de junho de 2025, ainda não fez declarações no Primeiro de Março; contudo, há elementos dignos de análises em seu discurso do Dia da Liberação, em 15 de agosto:

Como diz o antigo provérbio: ‘Ao beber a água, lembre-se de sua fonte.’ A nós, enquanto nação que hoje desfruta de liberdade e prosperidade, cabe honrar os sacrifícios e a dedicação daqueles que fizeram a República da Coreia ser o que ela é hoje. Honrar a história orgulhosa de nossa luta contra o imperialismo japonês e preservar o prestígio dos ativistas condecorados pela independência é a forma de proteger o passado, o presente e o futuro de nossa comunidade (Embaixada da República da Coreia nos EUA).

O primeiro elemento a chamar atenção é a forma como Lee mobiliza o passado. Ao trazer o provérbio, o atual presidente faz um convite aos coreanos para que não se esqueçam da própria história, mesmo que isso signifique reviver feridas profundas e sofrimentos – incluindo as violências coloniais. Essa abordagem desafia diretamente a administração passada, que buscou realizar um revisionismo histórico para justificar uma aproximação com o Japão diante de ameaças mais intensas que aquelas do passado. Neste discurso, Lee Jae-Myung se distingue de Yoon Suk-Yeol ao fazer referência direta ao “imperialismo japonês”, ao passo que afirma que proteger o passado significa honrar aqueles que deram suas vidas pela independência. É um início de discurso que busca claramente se distinguir da administração anterior.

Logo em seguida, Lee passa a tratar da reunificação. É utilizado um tom interessante, bem diferente daquele empregado por Yoon ao se referir à necessidade de uma unificação inter-coreana. Um dos elementos mais marcantes que diferenciam ambos os discursos é o objeto do problema: enquanto para Yoon a reunificação se faz necessária pela ameaça que representa o Norte em termos de segurança – escalada de capacidade nuclear e uma potencial ofensiva – e de democracia, para Lee essa necessidade parece existir por uma ansiedade identitária – a reunificação é urgente porque é uma anomalia, uma barreira superficial construída por todos, menos pelos coreanos, e que dificulta o entendimento do povo coreano sobre si mesmo. Em suas palavras:

A divisão nacional não apenas fragmentou nosso território, mas tornou-se uma barreira colossal que separa nosso próprio povo. Forças interessadas em benefícios privados exploraram essa divisão para colocar coreanos uns contra os outros e gerar fissuras na opinião pública. Ao suprimir a democracia e restringir a soberania popular, chegaram até mesmo a tentar arrastar nossa nação para os horrores da guerra. Agora, precisamos derrubar as barreiras internas que nos aprisionam. Só assim poderemos começar a construir a nação que nossos antepassados sonharam (Embaixada da República da Coreia nos EUA).

O trecho acima é especialmente interessante pelo uso de pronomes como “*eles*” e verbos como “*fizeram*”: o uso dessas palavras indica uma preocupação com relação ao quem. Se Yoon em seu discurso evitava atribuir culpa ao período colonial e à divisão da Coreia, e até mesmo culpava o próprio povo coreano – que “não estava preparado para mudanças globais” – pela perda de sua soberania nacional, aqui Lee Jae-Myung procura definir que todos os sofrimentos e violências empregados neste período não foram orgânicos, e, apesar de não citar especificamente, pode-se depreender que está se referindo ao Japão e Estados Unidos. Ele ainda menciona a derrubada de barreiras internas, e que este seria o primeiro passo para o início da construção de uma nação – a nação coreana, *minjok*.

Logo em seguida, o atual presidente segue trabalhando o tema da reunificação, ao passo que critica diretamente a administração anterior, demonstrando assim a disputa da narrativa. Como observado no texto:

O diálogo intercoreano, que ao longo dos anos foi mantido apesar de inúmeros altos e baixos, foi completamente interrompido durante a administração anterior. Quanto mais emaranhado estiver o fio, com mais paciência, calma e cuidado devemos trabalhar para desenrolá-lo (Embaixada da República da Coreia nos EUA).

A ideia de um fio emaranhado indica a ideia de um longo e trabalhoso processo de reconstruir o que Lee considera como “diálogo inter-coreano” que foi gravemente prejudicado durante a administração de Yoon Suk-Yeol. Ele ainda menciona que este é um passo importante para a manutenção da paz no leste-asiático, e que esta é a prioridade de seu governo. O atual presidente sugere, nesses trechos, que grande parte das ansiedades produzidas durante a administração anterior a respeito do potencial ofensivo do Norte foi consequência direta do tipo de relacionamento que se escolheu estabelecer com Pyongyang. Em outras palavras, a imagem da Coreia do Norte como ameaça teria sido, em certa medida, construída e amplificada pela postura confrontacional adotada pelo governo sul-coreano precedente. Assim, Lee Jae-myung aponta que essa narrativa securitizada não é inevitável, mas resultado de escolhas políticas específicas – e que, portanto, pode e deve ser

transformada. Ao propor um retorno ao diálogo paciente e cuidadoso, o presidente projeta um horizonte em que a península seja marcada menos pela hostilidade e mais pela reconstrução de laços, desafiando a lógica de antagonismo que dominou os últimos anos. Ainda sobre o diálogo inter-coreano e a mobilização da Coreia do Norte em seu discurso:

A Coreia do Sul e a Coreia do Norte compartilham uma relação especial que envolve buscar a reunificação pacífica, respeitando e reconhecendo o sistema político uma da outra. Primeiro, afirmamos nosso respeito pelo sistema atual do Norte, asseguramos que não buscaremos qualquer forma de unificação por absorção e declaramos que não temos intenção de realizar atos hostis (Embaixada da República da Coreia nos EUA).

No trecho apresentado, Lee Jae-myung reforça um componente central da narrativa hegemônica sul-coreana: a reunificação continua sendo um objetivo nacional legítimo e necessário. No entanto, o que se transforma é a justificativa para essa reunificação. Em sua abordagem, ela não é pautada pela ameaça nuclear norte-coreana, tampouco pelo risco militar que o Norte representaria à segurança do Sul — ou seja, a reunificação deixa de ser uma resposta a um inimigo hostil. Em vez disso, Lee a fundamenta em uma dimensão identitária, na noção de que Norte e Sul compartilham uma história, uma cultura e um destino comuns. A busca pela reunificação não deriva da urgência securitária, mas de um imperativo civilizacional e nacional: restaurar a totalidade do que significa ser “Coreia”.

Ao mesmo tempo, sua retórica se distancia drasticamente da narrativa externa da administração anterior de Yoon Suk-yeol. Enquanto Yoon mobilizava a ideia de uma coalizão quase militar trilateral com Japão e Estados Unidos como caminho para conter — e implicitamente subjugar — um Norte caracterizado como vilão autoritário, Lee reconstrói o enquadramento: ele reconhece a legitimidade do sistema norte-coreano e enfatiza uma postura de respeito ao regime do Norte. É uma inversão simbólica importante, pois toca diretamente nas feridas históricas norte-coreanas ligadas ao colonialismo japonês e à presença militar estadunidense na península. A reunificação, portanto, não ocorreria por absorção — modelo que para Pyongyang equivaleria a uma rendição —, mas sim por meio de um processo dialógico, gradual e bilateral.

Essa mudança de eixo revela uma disputa mais profunda em torno da construção da narrativa hegemônica na Coreia do Sul. Ao deslocar o foco de segurança e alinhamento militar para identidade e coexistência inter-coreana, Lee explicita como o debate político doméstico se tornou mais polarizado e ideologicamente carregado. O mesmo objetivo — a reunificação — ganha significados radicalmente distintos conforme a coloração política: para

os conservadores, trata-se de dissuasão e imposição; para os progressistas, de reconciliação e reconhecimento mútuo. Assim, o discurso de Lee não apenas sinaliza uma alternativa diplomática, mas também reconfigura o imaginário nacional sobre o que a Coreia do Norte representa e como o futuro da península deve ser concebido.

Mesmo assim, Lee Jae-Myung não deixa de reconhecer a importância de uma desnuclearização, como observado no trecho abaixo:

A desnuclearização é uma tarefa complexa e difícil que não pode ser resolvida rapidamente. No entanto, o diálogo intercoreano e o diálogo entre Estados Unidos e Coreia do Norte, assim como a cooperação internacional, nos ajudarão a alcançar uma resolução pacífica. Ao mesmo tempo, buscaremos ampliar o apoio internacional e construir consenso em favor da paz na Península e do avanço das relações inter-coreanas (Embaixada da República da Coreia nos EUA).

No trecho, Lee Jae-Myung não descarta a importância da desnuclearização, mas a reposiciona dentro de uma lógica diametralmente oposta à de Yoon Suk-yeol: em vez de reforçar a narrativa da ameaça e da necessidade de contenção militar via alianças com Estados Unidos e Japão, ele enfatiza o diálogo direto – inter-coreano e entre RPDC-EUA – e uma cooperação internacional que se coloca como apoio, não como instrumento de pressão. Essa formulação desloca a Coreia do Sul de um papel submisso às agendas de potências externas para o de protagonista legítimo na construção da paz, ao mesmo tempo em que reconhece a RPDC como sujeito político válido, com quem se negocia, não contra quem se organiza uma coalizão. A mudança discursiva, portanto, reflete uma alteração profunda tanto na forma como o Sul identifica o Norte – não mais o inimigo irracional, mas um parceiro difícil, porém necessário – quanto na forma como ele enxerga a si mesmo na ordem regional: não como fronteira avançada do Ocidente contra um “*outro*” hostil, mas como guardião autônomo da paz peninsular, capaz de propor soluções e não apenas reagir a ameaças.

E o Japão? Como mobiliza Lee o Japão em seu discurso também é um traço interessante para a compreensão dessa disputa. Como trabalhado ao longo do texto:

Dada a longa e conturbada história de nossos países, redefinir as relações entre Coreia e Japão é uma tarefa crucial. Alguns entre nós ainda sofrem com questões históricas não resolvidas, e diferentes perspectivas continuam a gerar conflitos. Ao mesmo tempo, ainda nos lembramos dos sonhos de nossos ativistas da independência. Mesmo ao resistirem à dura dominação colonial japonesa, nossos antepassados nunca perderam a esperança de que Coreia e Japão pudessem um dia se tornar verdadeiros vizinhos. Devemos preservar essa aspiração (Embaixada da República da Coreia nos EUA).

Neste trecho, Lee Jae-myung reconhece explicitamente o passado colonial violento e a continuidade de feridas históricas, algo ausente no discurso de Yoon Suk-Yeol, que tendia a deslocar a atenção para a ameaça norte-coreana, minimizando o peso histórico do Japão. Lee mantém o não esquecimento histórico como princípio, reafirmando que a memória da ocupação japonesa e dos esforços pela independência deve ser preservada. Essa camada discursiva combina uma dimensão moral – respeito pelos antepassados e reconhecimento do sofrimento – com uma lógica política que não apaga o passado, mas o coloca como base para relações futuras.

Essa abordagem se relaciona diretamente com os trechos subsequentes, em que Lee reflete sobre a necessidade de se manter uma cooperação com o Japão. Nas palavras do presidente:

O Japão é nosso vizinho do outro lado do mar, assim como um parceiro indispensável em nosso desenvolvimento econômico. Quando Coreia e Japão normalizaram relações diplomáticas há 60 anos, apenas cerca de 10 mil pessoas viajavam anualmente entre os dois países. Hoje, esse número alcança 12 milhões. Nosso poder nacional também cresceu incomparavelmente desde então. Coreia e Japão alcançaram desenvolvimento industrial de forma conjunta. Dessa forma, poderemos superar os desafios da era da inteligência artificial, marcada pela competição por uma posição de liderança, quando nossos dois países perseguirem uma cooperação voltada para o futuro, baseada na confiança mútua (Embaixada da República da Coreia nos EUA).

Lee demonstra aqui um pragmatismo claro: apesar das feridas históricas, a cooperação econômica e tecnológica com o Japão é estratégica. Ao contrário do discurso mais ofensivo de Yoon, que buscava criar uma coalizão militar com Japão e EUA para enfrentar o Norte, Lee adota uma abordagem cooperativa, orientada para interesses nacionais e futura liderança tecnológica, sem minimizar a história. Ele mostra que a relação com o Japão deve ser cautelosa, diplomática e mutuamente benéfica, equilibrando o reconhecimento das feridas do passado com a necessidade de engajamento realista no presente.

Como já mencionado, essa cooperação não está isenta das particularidades e complexidades que dizem respeito ao passado complicado partilhado entre ambos os países. A ansiedade com relação à história é constantemente preservada em sua fala, como por exemplo o trecho abaixo:

Espero que o governo japonês encare de forma direta nossa dolorosa história e se esforce para manter a confiança entre nossos dois países. Acredito que tais esforços trarão benefícios compartilhados mais amplos e um futuro mais promissor para ambos os lados (Embaixada da República da Coreia nos EUA).

Lee não ignora a necessidade de reparação simbólica e moral. Diferente de Yoon, que deslocava a atenção do público para a ameaça norte-coreana e minimizava os problemas históricos, Lee reforça que a reconciliação depende do reconhecimento dos erros do passado pelo Japão. A confiança mútua é apresentada como pré-condição para qualquer cooperação futura, mostrando que a relação não é apenas pragmática, mas também ética e histórica. Esse equilíbrio entre cautela diplomática e atenção à memória histórica evidencia uma abordagem complexa, que busca a estabilidade regional sem apagar ou relativizar as injustiças do período colonial.

Ao observar o discurso de Lee Jae-Myung, percebe-se uma inflexão importante na forma como o “*outro*” é mobilizado em comparação à retórica de seu antecessor. Enquanto Yoon Suk-Yeol havia reposicionado o Japão como aliado moral e estratégico diante de um Norte radicalizado como ameaça existencial, Lee restabelece o Japão no lugar de um passado colonial ainda não plenamente reparado, ao mesmo tempo em que reinscreve a Coreia do Norte no campo da irmandade e da unidade identitária. A diferença, portanto, deixa de ser mobilizada como fronteira de exclusão e volta a funcionar como espaço de reconhecimento. O Japão reaparece como um “*outro*” histórico cuja memória ainda delimita o presente, e o Norte como um “*outro*” interno cuja reintegração é possível mediante respeito e coexistência – uma inversão direta da estrutura binária produzida pela administração anterior.

Essa reconfiguração discursiva sintetiza o que Rumelili (2004, pp. 33-35) descreve como a natureza flexível e relacional das fronteiras identitárias. O “*eu*” sul-coreano, longe de ser fixo, é produzido e reproduzido na oscilação entre o reconhecimento da semelhança e a reafirmação da diferença. A mudança observada em Lee Jae-Myung evidencia como o mesmo “*Outro*” pode ser reinscrito em novos papéis à medida que as condições políticas e as estratégias de legitimação doméstica se transformam.

Em um contexto pós-impeachment, o novo governo navega por grandes transformações internas no cenário político global, especialmente diante da ascensão da nova primeira-ministra japonesa, Sanae Takaichi, que é conhecida por suas posições conservadoras e revisionistas, já tendo adotado uma visão eufemista sobre o passado colonial japonês, (Korea JoongAng Daily, 2025), ao passo que busca redefinir a narrativa hegemônica ao deslocar o eixo de segurança e aliança trilateral para um eixo de reconciliação, autonomia e memória. Assim, a política externa sul-coreana volta a se orientar menos pela lógica da contenção e mais pela da reparação. Essa virada discursiva não apenas reabre a disputa sobre o significado do passado colonial e da divisão da península, como também reafirma a tese de Rumelili (2004) de que as identidades estatais são permanentemente negociadas por meio de

relações mutáveis com seus “*outros*”. A construção do “*eu*” coreano, portanto, permanece um campo de disputa viva, no qual amizade e antagonismo, lembrança e esquecimento, coexistem como instrumentos de poder e de autodefinição.

A trajetória discursiva de Lee Jae-Myung revela uma mobilização narrativa profundamente marcada pelo que Subotic descreve como construtivismo estratégico: o presidente ativa seletivamente elementos do passado colonial – antes desativados ou suavizados por Yoon – para reconstruir um “*eu*” nacional ancorado na memória, na soberania e na legitimidade histórica, ao mesmo tempo em que desativa a lógica securitizada que antagonizava o Norte e normalizava o alinhamento trilateral com Japão e EUA. Esse rearranjo retórico, porém, não é apenas uma inversão política; ele evidencia a natureza disputada e nunca estabilizada da narrativa hegemônica sul-coreana, na qual aliados e inimigos são continuamente reinscritos em novos papéis conforme as necessidades políticas e afetivas do momento. Em diálogo com Deacon, percebe-se que Lee tenta administrar a crise ontológica perpétua da península não pelo aprofundamento da ameaça – como fez Yoon ao transformar o Norte em inimigo civilizacional –, mas pela reativação de um imaginário identitário que vê na divisão uma anomalia histórica e não uma fronteira moral. É ao reinscrever a Coreia do Norte no campo da proximidade e o Japão no campo da memória não resolvida que o atual presidente produz um confronto simbólico em que a fronteira entre o “*eu*” e o “*outro*” é simultaneamente reafirmada e renegociada, abrindo espaço para relações mais fluidas, porém também mais voláteis. A especificidade de seu governo, recém-instalado após um impeachment traumático, em meio a uma sociedade radicalizada e a uma mudança externa sensível, como a ascensão da conservadora Takaichi no Japão, intensifica esse caráter frágil e imprevisível da identidade estatal. Assim, o discurso de Lee não oferece respostas conclusivas, mas evidencia como, na Coreia do Sul, a política externa é também política de memória, e como o imaginário nacional se constrói num delicado equilíbrio entre o passado que insiste em reaparecer discursivamente, o presente que se fragmenta em diversas (re)interpretações possíveis da história e o futuro que ainda procura forma em meio a uma crise ontológica perpétua. É nesse entrelaçamento de lembrança e esperança, ressentimento e reconciliação, que se revela a complexa miríade narrativa, identitária e geopolítica da Coreia contemporânea.

5. Conclusão

A presente pesquisa buscou compreender como a Coreia do Sul mobiliza narrativas identitárias e dispositivos de memória em sua relação com o Japão e a Coreia do Norte, destacando como os líderes sul-coreanos, em diferentes momentos históricos e em meio a uma crise ontológica perpétua, ativam e desativam elementos narrativos dentro de uma lógica de construtivismo estratégico. Por meio da análise de discursos presidenciais entre 2008 e 2025, examinou-se como a chamada narrativa hegemônica sul-coreana – caracterizada pelo reconhecimento do trauma colonial japonês, pela permanência da divisão inter-coreana e pela busca de segurança ontológica – é continuamente disputada, tensionada e reconfigurada. Assim, o objetivo central foi demonstrar que a identidade nacional sul-coreana não opera como uma estrutura fixa, mas como um campo dinâmico, permeado por *history wars*, performances de memória e ansiedades ontológicas, articuladas de maneiras distintas pelos presidentes analisados. A comparação longitudinal evidencia que, apesar das variações ideológicas, todos os líderes recorrem, em maior ou menor grau, aos mesmos elementos narrativos fundamentais – colonização, Guerra da Coreia, divisão nacional – mas os acionam conforme necessidades políticas, pressões domésticas e conjunturas internacionais.

No caso de Lee Myung-Bak (2008-2013), observou-se uma postura que, embora conservadora, ainda preserva marcas centrais da narrativa hegemônica tradicional. Seu discurso mobiliza o passado colonial por meio de uma retórica de unidade nacional e resistência, destacando o papel de coreanos de todas as regiões e classes sociais como agentes históricos da luta pela liberdade; contudo, desativa parcialmente o antagonismo ao Japão, reposicionando-o como parceiro estratégico em um presente marcado por desafios regionais. Simultaneamente, ativa a narrativa da reunificação como caminho para a “completude nacional”, ainda que enquadrando o Norte como obstáculo que precisa abandonar ambições nucleares.

A análise do discurso de Moon Jae-In (2017-2022) revela um movimento oposto: uma reativação intensa dos elementos narrativos acusatórios relativos ao Japão e das memórias traumáticas do período colonial. Moon enfatiza o “imperialismo japonês” e convoca uma vastidão de figuras e grupos sociais que lutaram pela independência, reforçando uma narrativa pedagógica e memorialista ao passo que a reunificação é mobilizada como imperativo identitário, não como necessidade securitária, e o Norte é tratado como parte da mesma nação fragmentada por um legado colonial externo. Moon reposiciona a crise ontológica não como resultado da ameaça norte-coreana contemporânea, mas como expressão da violência histórica e da interrupção forçada da soberania coreana em 1945–1953.

Por sua vez, Yoon Suk-Yeol (2022-2025) representa uma inflexão significativa. Em seu governo, a narrativa hegemônica sofre uma reconfiguração profunda: o Japão é gradualmente reabilitado como aliado civilizacional que compartilha valores universais, enquanto a Coreia do Norte é radicalizada como ameaça existencial e obstáculo moral à liberdade, prosperidade e democracia globais. Essa mudança é acompanhada por uma desativação sistemática do trauma colonial e por um revisionismo sutil que desloca a responsabilidade histórica do Japão para condições internas ou para o “curso da história”. A reunificação deixa de ser articulada como objetivo identitário e se torna instrumento de contenção ideológica. Ao longo de seu mandato – especialmente durante a crise política que culminou em seu impeachment – Yoon intensifica o uso de retórica securitária e moralizante, ativando narrativas bélicas, antagonistas e missionárias como forma de recuperar a legitimidade doméstica. Nesse processo, sua administração demonstra de maneira exemplar a lógica de que elementos narrativos são mobilizados estrategicamente de acordo com necessidades de sobrevivência política, produzindo um quadro de extrema polarização da alteridade.

Com Lee Jae-Myung (2025-), observa-se novamente uma reorientação profunda da identidade discursiva estatal. Seu governo, ainda recente e marcado por uma conjuntura interna e externa de alta instabilidade – crise democrática, polarização social, mudança na liderança japonesa –, recupera elementos históricos que haviam sido desativados por Yoon e reativa a memória colonial como fundamento moral e político. O passado não aparece como obstáculo, mas como guia ético. Ao mesmo tempo, Lee reinscreve a Coreia do Norte no eixo identitário: não ameaça, mas “*parte de nós*” cuja reconciliação é vista como necessidade civilizacional. A reunificação recupera sua dimensão cultural e simbólica, e em relação ao Japão, mobiliza-se um duplo dispositivo: reconhecimento do trauma e pragmatismo econômico, com ênfase na necessidade de que Tóquio reconheça seus erros. Nesse sentido, Lee manifesta com força as dinâmicas de encontros mnemônicos, em que memória e disputa narrativa moldam a política externa mais do que cálculos puramente securitários.

Em conjunto, os quatro casos analisados revelam que a narrativa hegemônica sul-coreana não é uma estrutura rígida, mas um terreno permanentemente renegociado. Os elementos narrativos – colonização, divisão, reunificação, ameaça externa, soberania – permanecem relativamente estáveis, mas são reorganizados de modo estratégico pelos líderes, de acordo com conjunturas de legitimidade doméstica, tensões geopolíticas e necessidades identitárias. A pesquisa demonstrou que, ao longo de quase duas décadas de discursos presidenciais, a Coreia do Sul vive uma crise ontológica perpétua: um estado no qual passado,

presente e futuro se entrelaçam em busca de estabilidade identitária. No atual momento – marcado pelo impeachment recente de Yoon Suk-Yeol, pela ascensão de Lee Jae-Myung, e pela instabilidade política regional e global –, torna-se ainda mais evidente que escolhas narrativas são também escolhas políticas. Em tempos de crise democrática, as fronteiras entre memória, identidade e segurança tornam-se ainda mais sensíveis e moldam não apenas políticas externas, mas o próprio imaginário nacional. Assim, a análise realizada confirma que observar o discurso dos líderes sul-coreanos é observar, simultaneamente, o processo vivo de construção da Coreia – não apenas enquanto Estado, mas enquanto comunidade política em permanente disputa por seu próprio significado.

5. Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism** (Revised Edition). London: Verso. 2006.

ASSMANN, Jan; CZAPLICKA, John. **Collective memory and cultural identity**. New german critique, n. 65, p. 125-133, 1995.

BAKER, Don. **Memory Wars and Prospects for Reconciliation in South Korea**. In: KIM, Mikyoung. Routledge handbook of memory and reconciliation in East Asia. New York, p. 111-128, 2016.

BBC NEWS. Japan recalls Korean envoy over ‘comfort women’ statue. Londres: BBC, 6 de jan. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-38526914>>. Acesso em: 07 de nov. 2025.

BILLÉ, Franck. **Territorial phantom pains (and other cartographic anxieties)**. Environment and Planning D: Society and Space, v. 32, n. 1, p. 163-178, 2014.

BRIDGES, Brian. **Japan and Korea: Closer neighbors?** Asian Affairs. 79: 153-60, 1992.

BRUDNOY, David. **Japan's experiment in Korea**. Monumenta Nipponica, v. 25, n. 1/2, p. 155-195, 1970.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity** (Revised Edition). Minneapolis, MN: University of Minnesota Press. 1998.

CAMPBELL, Emma. **South Korea's New Nationalism: The End of ‘One Korea’?** Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers. 2016.

CHANG, Yunshik. **Planned economic transformation and population change**. Korea's Response to Japan: The Colonial Period, v. 1945, p. 53-84, 1910.

DEACON, Chris. **Mnemonic Encounters: The Construction and Persistence of International “History Wars” and the Case of Japan–South Korea Relations.** *International Studies Quarterly*, v. 68, n. 3, 2024.

DEACON, Chris. **Perpetual ontological crisis: national division, enduring anxieties and South Korea’s discursive relationship with Japan.** *European Journal of International Relations*, v. 29, n. 4, p. 1041-1065, 2023.

DRAKE, Bruce. As tensions rise in Asia, a look at how Japanese, South Koreans and Chinese view each other. **Pew Research Center**, Washington, D.C., 2 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/short-reads/2013/12/02/as-tensions-rise-in-asia-a-look-at-how-japanese-south-koreans-and-chinese-view-each-other/>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

ECKERT, Carter J. **Korea Old and New.** Seoul, 1990.

JEONG, Hu Young; VOLLHARDT, Johanna Ray. **Koreans’ collective victim beliefs about Japanese colonization.** *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, v. 27, n. 4, p. 629, 2021.

KANG, S. **South Koreans appear to have lost their taste for Japanese beer.** *Bloomberg*, 3 de set. 2019. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-09-03/s-koreaimports-of-japan-beer-plunge-97-amid-feud-report-says>>. Acesso em: 07 nov. 2025.

KIM, Eun-shik. Takaichi unlikely to rock boat with Korea despite hard-line leanings, experts say. **Korea JoongAng Daily**, Seul, 21 out. 2025. Disponível em: <<https://koreajoongangdaily.joins.com/news/2025/10/21/national/diplomacy/Takaichi-unlikely-to-rock-boat-with-Korea-despite-hard-line-leanings-experts-say-/2425477>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

KIM, Kyu Hyun. **Reflections on the Problems of Colonial Modernity and "Collaboration" in Modern Korean History.** *Journal of International and Area Studies*, p. 95-111, 2004.

KU, Dae-yeol. **Korea under colonization**. The March First Movement and AngloJapanese relations. Seoul: Seoul Community Press, 1985.

KU, Yangmo. **National interest or transnational alliances?** Japanese policy on the comfort women issue. *Journal of East Asian Studies*, v. 15, n. 2, p. 243-269, 2015.

LEE, Dong-han. [2025 Japan Perception Survey] Perceptions of Korea-Japan Relations and Future Prospects. **Korea Research**, 29 jul. 2025. Disponível em: <<https://hrcopinion.co.kr/en/archives/33567>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

LEE, Chung Min. Yoon's Impeachment and South Korea's Future. **Carnegie Endowment for International Peace**, Washington, D.C., 11 abr. 2025. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/research/2025/04/yoons-impeachment-and-south-koreas-future?lang=en>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

LEE, Hae-rin. Far-right groups hold protests across Seoul over Chuseok holiday. **The Korea Times**, Seul, 9 out. 2025. Disponível em: <<https://www.koreatimes.co.kr/southkorea/society/20251009/far-right-groups-hold-protests-across-seoul-over-chuseok-holiday>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

LI, Ming-juinn. **The Impact of South Korean President Lee Jae-myung on the Regional Situation**. Taipei: Prospect Foundation, 24 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.pf.org.tw/en/pfen/33-11451.html>>. Acesso em: 07 nov. 2025.

LONGFORD, Joseph M. **The Story of Korea**. T. Fisher Unwin, London, 1911, p. 350.

MACKENZIE, Jean. The unravelling of Yoon Suk Yeol: South Korea's 'stubborn and hot-tempered' martial law president. **BBC News**, [S.l.], 3 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/articles/c86py30qezvo>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

MILLETT, Allan. **The Korean War: Each One? When?** In: *In From the Cold: Reflections on Australia's Korean War*. 49-60 pp. 2020.

MOON, Yumi. **Immoral Rights:** Korean Populist Collaborators and the Japanese Colonization of Korea, 1904–1910. *The American Historical Review*, v. 118, n. 1, p. 20–44, 2013.

PAUTASSO, D.; Nogara, T. S. **Coreia do Sul, Japão e as feridas abertas da colonização.** *Opera Mundi*. [s.l.], 10 nov. 2019. Disponível em: <<https://disparada.com.br/coreia-do-sul-japao-mulheres-de-conforto/>>. Acesso em: 07 nov. 2025.

PALMER, Spencer J. **Korea's Response to Japan:** The Colonial Period 1910-1945. Publication of the Center for Korean Studies, ed. C. 1. Eugene Kim and Doretha E. Mortimore. Kalamazoo: Western Michigan University, 1977.

PANDA, Ankit. Japan, South Korea in row over alleged radar-lock incident. **The Diplomat**, 26 de dez. 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/12/japan-south-korea-in-row-overalleged-radar-lock-incident>>. Acesso em: 07 nov. 2025.

PEREIRA, Camilla Martins. **O impacto do nacionalismo na política externa da Coreia do Sul para o Japão:** uma revisão do período 2003–2013. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231456>>. Acesso em: 26 fev. 2026.

REPÚBLICA DA COREIA. Embassy of the Republic of Korea in the State of Qatar. **Korean President's Speech on March First Independence Movement Day 2011.** [Discurso do Presidente Lee Myung-bak]. Doha, 3 fev. 2011. Disponível em: <https://overseas.mofa.go.kr/qa-en/brd/m_21022/view.do?seq=655336&srchFr=&srchTo=&srchWord=&srchTp=&multi_itm_seq=0&itm_seq_1=0&itm_seq_2=0&company_cd=&company_nm=>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

REPÚBLICA DA COREIA. Ministry of Foreign Affairs. **Address by President Moon Jae-in on the 72nd Anniversary of Liberation.** [Discurso]. Seul, 16 ago. 2017. Disponível em: <https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_5475/view.do?seq=318949&srchFr=&srchTo=&srchWo>.

[rd=&srchTp=&multi_itm_seq=0&itm_seq_1=0&itm_seq_2=0&company_cd=&company_nm=&page=5&titleNm](#)>. Acesso em: 7 nov. 2025.

REPÚBLICA DA COREIA. Ministry of Foreign Affairs. **Address by President Yoon Suk Yeol on the 105th March First Independence Movement Day.** [Discurso]. Seul, 4 mar. 2024. Disponível em: <https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_25772/view.do?seq=32&page=1>. Acesso em: 7 nov. 2025.

REPÚBLICA DA COREIA. Ministry of Foreign Affairs. **Address by President Yoon Suk Yeol on 104th March First Independence Movement Day.** [Discurso]. Seul, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_25772/view.do?seq=12&srchFr=&srchTo=&srchWord=&srchTp=&multi_itm_seq=0&itm_seq_1=0&itm_seq_2=0&company_cd=&company_nm=>. Acesso em: 7 nov. 2025.

REPÚBLICA DA COREIA. Embassy of the Republic of Korea in the USA. **Address by President Lee Jae Myung on Korea's 80th Liberation Day.** [Discurso]. Washington, D.C., 15 ago. 2025. Disponível em: <https://www.mofa.go.kr/us-en/brd/m_4497/view.do?seq=761899>. Acesso em: 7 nov. 2025.

REUTERS. South Korea WTO appeal succeeds in Japanese Fukushima food dispute. 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-japan-southkorea-wto-idUSKCN1RN24X>>. Acesso em: 07 de nov. de 2025.

REYNOLDS, Isabel. Why Japan's Feud With South Korea Isn't Going Away. **The Washington Post**, 3 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/why-japans-feud-with-south-korea-isnt-going-away/2020/08/02/c782b184-d53b-11ea-a788-2ce86ce81129_story.html>. Acesso em: 07 nov. 2025.

RUMELILI, Bahar. **Constructing identity and relating to difference:** understanding the EU's mode of differentiation. *Review of International Studies*, v. 30, n. 1, p. 27–47, 2004.

SHIN, Gi-Wook; Burke, Kristin C. **North Korea and identity politics in South Korea.** Brown J. World Aff., v. 15, p. 287, 2008.

SLOW, Maria. Will Japan's new PM reopen old war wounds with South Korea? **South China Morning Post**, Hong Kong, 9 out. 2025. Disponível em: <<https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3328214/will-japans-new-pm-reopen-old-war-wounds-south-korea>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

SKABELUND, Aaron H. **Unhealed Wounds:** Japan's Colonization of Korea. Sigma: Journal of Political and International Studies, v. 12, n. 1, p. 5, 1994.

SUBOTIĆ, Jelena. **Narrative, ontological security, and foreign policy change.** Foreign policy analysis, v. 12, n. 4, p. 610-627, 2016.

SUBOTIĆ, Jelena. **Stories states tell: Identity, narrative, and human rights in the Balkans.** Slavic Review, v. 72, n. 2, p. 306-326, 2013.

TREAT, John Whittier. **Choosing to Collaborate:** Yi Kwang-su and the Moral Subject in Colonial Korea. The Journal of Asian Studies, v. 71, n. 1, p. 81-102, 2012.

YONHAP. Over 70 pct of S. Koreans joined boycott of Japanese goods: survey. 2020. Disponível em: <<https://en.yna.co.kr/view/AEN20201222007600315>>. Acesso em: 07 nov. 2025.

YOON, Min-sik. Memorial for comfort women turns into ground zero of conflict and chaos. **The Korea Herald**, 28 de set. de 2022. Disponível em: <<https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20220928000734>>. Acesso em: 07 nov. 2025.